



# Política de Formação

Série Políticas 2



**CÁRITAS BRASILEIRA**

Cáritas Brasileira  
Secretariado Nacional



# Política de Formação

para a prática da solidariedade

Telmo Adams

Série  
Políticas 2

2006

## DIRETORIA NACIONAL

**Presidente:** Dom Demétrio Valentini

**Vice-presidente:** Odair Firmino

**Secretária:** Cristina França

**Tesoureiro:** Luis Costella

### **Secretariado Nacional**

#### **Coordenação Colegiada**

##### **Diretor-Executivo Nacional**

José Magalhães de Sousa

##### **Coordenadora Administrativa**

Anadete Gonçalves Reis

##### **Coordenadora Político-Pedagógica**

Maria Cristina dos Anjos

### **Coordenação da Política de Formação**

Comissão de Formação (xxxx ) – de xxxxx de 2001 a xxxx de xxxxx

GGP de Formação (xxxxx) – desde xxxxx de xxxx

### **Colaboração**

???????

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Política de formação para a prática da solidariedade / organizador Telmo Adams. –  
Brasília : Cáritas Brasileira, Secretariado Nacional, 2006.

72 p. (Série Políticas, ISSN 1808-7523, v. 2)

ISBN: 85-89678-06-7

1. Política de formação. 2. Agente da Cáritas. I. Adams, Telmo.

CDU 266.5:331.361



---



## Missão

- ▶ A Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

## Linhas de ação

- ▶ Defesa e promoção de direitos da população em situação de exclusão social
  - ▶ Mobilizações cidadãs e conquista de relações democráticas
  - ▶ Desenvolvimento solidário e sustentável
  - ▶ Sustentabilidade, fortalecimento e organização da Cáritas
- 
- 



# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>I Identidade e organização da Cáritas</b> .....	11
1.1 Uma rede de solidariedade .....	12
1.2 Em busca de uma gestão participativa e transparente .....	13
a) Planejamento participativo .....	14
b) Coordenação compartilhada .....	14
c) Administração dos recursos .....	16
e) Monitoramento e avaliação .....	16
<b>2 Bases da política de formação</b> .....	18
<b>3 Visão e projeto da Cáritas no atual contexto</b> .....	26
3.1 Dados reveladores .....	26
3.2 Compreendendo a desigualdade social .....	28
<b>4 Eixos estruturadores da missão da Cáritas</b> .....	33
4.1 Defesa e promoção da vida – sociobiodiversidade .....	34
4.2 Mística e espiritualidade ecumênica e libertadora .....	37
4.3 Cultura da solidariedade .....	39
4.4 Relações igualitárias de gênero, raça, etnia e geração .....	42
4.5 Protagonismo dos excluídos e excluídas .....	44
4.6 Projeto alternativo de sociedade solidária e sustentável .....	46
<b>5 Formação na Cáritas Brasileira</b> .....	50
5.1 Formação de agentes para a missão .....	50
5.2 O desenvolvimento do processo de formação na Cáritas .....	52
5.3 Perfil e identidade do/a agente da Cáritas .....	55
5.4 Objetivos e conteúdos básicos da formação na Cáritas .....	58
5.5 Metodologia participativa e emancipadora .....	60
5.6 Tipos de formação e operacionalização da Política de Formação .....	63
a) Formação sistemática .....	63
b) Outros instrumentos de formação .....	64
<b>Conclusão</b> .....	65





## Apresentação

O presente texto é fruto de uma construção em mutirão, liderada pelo Grupo Gestor de Formação da Cáritas Brasileira (CB). Publicado e distribuído preliminarmente durante o 2º Congresso da CB em 2003, hoje ele volta integrando as definições do mesmo Congresso, dentro do espírito do Jubileu da Cáritas celebrado em todo o Brasil.

A primeira parte busca sistematizar algumas idéias básicas relacionadas com a identidade e organização da CB. Em seguida, são apresentados os elementos básicos que destacam alguns objetivos da sua política de formação. Como terceiro passo, trazemos a visão e projeto da Cáritas no atual contexto social brasileiro. Em quarto lugar, detalhamos os eixos estruturadores da missão da CB que complementam a reflexão em torno da sua identidade. A quinta parte apresenta o tema da formação propriamente dita, com uma rápida retomada histórica e a apresentação de perspectivas. Como grandes linhas orientadoras, trazemos aspectos dos conteúdos, metodologias e instrumentos sempre destacando o perfil que é exigido do/a agente e que se deseja hoje na Cáritas.

Temos aqui, pois, orientações gerais que têm como objetivo subsidiar nossos processos de formação. Certamente essa sistematização, construída a partir da experiência acumulada, contribuirá para caminharmos numa perspectiva mais unitária na compreensão e realização da formação na CB, sem eliminar as peculiaridades culturais e outras especificidades regionais deste nosso imenso país. Este documento nacional quer ser uma referência onde as diversas iniciativas na área da formação poderão se inspirar.

Brasília, julho de 2006.







## Introdução

Construir uma Política de Formação é sistematizar uma concepção de formação de agentes e apontar elementos que dêem suporte à sua operacionalização nas diferentes instâncias. O presente documento visa habilitar os educandos e educadores para responderem satisfatoriamente aos desafios que se manifestam na realidade histórica, considerando o contexto atual e as perspectivas futuras.

A Política de Formação de uma instituição resulta de uma opção decorrente das concepções de mundo, sociedade e pessoa dos/as agentes que a compõem. A política da Caritas tem como pressuposto fundamental a *interligação da mística, da espiritualidade e da metodologia de investigação-ação*, entendendo que esta articulação é parte central da sua identidade. Um segundo pressuposto é o *processo participativo* que deve permear toda a metodologia, eliminando a dissociação entre quem pensa e quem executa, quem age e quem é “objeto da ação”. Os/as agentes são animadores/as e as pessoas envolvidas no trabalho são sujeitos da ação, protagonistas coletivos nos programas e projetos desenvolvidos sob a responsabilidade da Caritas.

Nesse meio século de existência da Caritas Brasileira (1956-2006), apesar do grande esforço, percebemos, muitas vezes, a fragilidade de instrumentais/institucionais que limitam resultados mais condizentes com toda a riqueza dos processos desenvolvidos através da ação Caritas. A partir dos anos 1990, emerge com mais força a idéia de que a formação Caritas visa preparar agentes com clareza metodológica capaz de contribuir para superar de vez as práticas do assistencialismo, da submissão, do ativismo, do mero repasse de recursos, do desvirtuamento da prática evangélica da caridade, em seus diferentes níveis de atuação.

Este subsídio pretende resgatar um pouco da riqueza acumulada na história da Caritas, particularmente em nosso país. O desejo é ingressar no século XXI com um instrumento que favoreça a implementação de práticas sociais capazes de responder

aos desafios atuais, instaurando novas relações sociais geradoras de cidadania, justiça social, solidariedade, respeito à diversidade cultural e ao meio-ambiente. A Cáritas Brasileira tem sua missão e linhas de ação voltadas, prioritariamente, para as pessoas, grupos e comunidades que foram jogados à margem da sociedade, ou seja, os excluídos e excluídas da cidadania. Nesse sentido, apresentamos uma política de formação direcionada para o desenvolvimento de uma metodologia participativa e emancipadora, que favoreça a superação dos diferentes processos e graus de exclusão social.

Nessa perspectiva, o objetivo da política de formação aqui apresentada é:

*Orientar, com clareza metodológica, a preparação de agentes na vivência da mística da Cáritas, comprometidos com a transformação social, capazes de animar processos participativos emancipadores de formação humana com os sujeitos da ação, que favoreçam o enfrentamento da exclusão social, econômica, política, cultural e religiosa.*



# I. Identidade e organização da Cáritas



*Por sua maneira de agir, a Cáritas vai mostrando suas feições. Ela sempre se sentiu entrosada com a ação das Pastorais Sociais. Mas ela não se limita a uma determinada ação específica, embora possa apoiar qualquer uma delas (Dom Demétrio Valentini, 2005).<sup>1</sup>*

A Cáritas Brasileira é um organismo de pastoral social da Igreja Católica, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e busca, através de sua missão, desenvolver a prática da cultura de solidariedade numa perspectiva de Rede<sup>2</sup>, desde a instância internacional à comunidade local. A estrutura organizacional em redes vem sendo cada vez mais experimentada e reconhecida no mundo inteiro como uma contraposição positiva à estrutura piramidal organizada a partir dos níveis hierárquicos e dos princípios estruturadores do poder dominante na sociedade em que vivemos. O processo de construção do modo de ser e de organização da Cáritas Brasileira desenvolve-se em meio às contradições próprias de uma organização milenar como é

<sup>1</sup> Apresentação da cartilha *Cáritas na promoção da solidariedade: como organizar a ação Cáritas*.

<sup>2</sup> A organização em rede implica a existência de diversos pontos focais (nós estratégicos) de chegada e expansão, onde não há diferenças hierárquicas, mas diferentes atribuições entre elas, a partir de um ponto gerador (fluxo unidirecional – que de um ponto central da rede). Na Cáritas, todas as instâncias são pontos da rede, o que implica na interação e complementariedade, solidariedade, co-responsabilidade, interdependência, interação, circularidade, complexidade. De acordo com Whitaker (1993), a consciência da interdependência dos membros é um pré-requisito para a instauração e o bom funcionamento de uma organização em rede. Esta dimensão diz respeito à cultura dos participantes.

a Igreja Católica. Resultado disso é a maneira fragmentada e diversificada na sua forma de atuar nos diferentes espaços eclesiais e sociais.

A identidade da Cáritas foi construída a partir de sua vocação e missão, com entusiasmo, amor e compaixão pelos empobrecidos. Caridade e entusiasmo são palavras de mesma dimensão. Segundo os gregos, entusiasmo significa ter Deus dentro de si. E somente pessoas entusiasmadas são capazes de vencer os desafios do cotidiano. A pessoa entusiasmada é aquela que acredita na sua capacidade de transformar as coisas, de fazer dar certo, de contagiar os outros e as outras e o meio em que vive. Para a Cáritas, ser entusiasmado significa possuir a mística e a espiritualidade da solidariedade.

## 1.1 Uma rede de solidariedade

A Cáritas pretende fortalecer cada vez mais uma rede de solidariedade, por intermédio da qual possa articular, de forma coerente e transparente, sua missão e gestão. Dessa maneira, busca desenvolver um processo organizativo, participativo e ativo de todas as instâncias – internacional, nacional, regional, diocesana e local (paroquial/comunitária). Essas dimensões são indissociáveis no processo de desenvolvimento de uma organização em rede que busca a participação ativa, co-responsável e envolvente dos seus agentes, dos seus parceiros e, especialmente, das pessoas que participam em seus vários programas e projetos socioeducativos e emancipatórios. É nessa perspectiva que a Cáritas busca uma sustentabilidade entendida como “capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a manter-se a relevância social e fortalecer-se a credibilidade da organização. Isso coloca o desafio de um desenvolvimento institucional permanente que implica a atualização e qualificação de sua missão e de seu projeto político, das bases de sua legitimidade, de sua capacidade de gestão estratégica... de sua disposição e preparo para gerar conhecimentos socialmente úteis e de administrar pessoas e recursos” (Armani, 2001).

No processo de construção e organização da Rede Cáritas, sobretudo na política e dinamização de sua missão, vale lembrar alguns passos que já foram dados, tais como: as práticas do planejamento participativo; o planejamento, monitoramento e avaliação (PMA); as oficinas sobre gestão participativa; a reflexão sobre a

sustentabilidade da Cáritas, etc. O exercício dessas iniciativas tem refletido positivamente nos encaminhamentos e nos resultados das nossas ações. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que avançar é preciso. Ainda se constitui em desafio para nós a construção da rede ao nível das bases, integrando as diferentes instâncias da Rede Cáritas.

Historicamente, a Cáritas construiu uma identidade que lhe confere uma autonomia jurídica. Mesmo vinculada à Igreja Católica, ela assume o desafio de crescer e trabalhar em rede, em torno de sua Missão e concepção de transformação social. Portanto, torna-se exigência básica a explicitação interna dos papéis e articulação das diferentes instâncias, tendo como prioridade o fortalecimento e a organização de suas BASES, pois, concretamente, é lá que as coisas acontecem. Nessa perspectiva, a construção da REDE CÁRITAS exige um plano estratégico de trabalho inspirado pela mística libertadora que, sendo instrumento do processo de GESTÃO, englobe o pedagógico e o político, tendo em vista o desenvolvimento de sua MISSÃO.

## 1.2 Em busca de uma gestão participativa e transparente

A gestão consiste em administrar o desenvolvimento de estratégias e instrumentos organizacionais, o que envolve aspectos estruturais, culturais, políticos, tecnológicos, gerenciais e de serviços, de forma a promover um projeto viável e relevante. Ou seja, o ato de *gerir*, numa perspectiva sociotransformadora, implica o compromisso de todos os sujeitos com a transformação social em sintonia com a missão permanente da instituição: o serviço da solidariedade libertadora. Numa gestão participativa e transparente, isso pressupõe a existência de elementos fundamentais que garantem a sustentabilidade da instituição: a) planejamento participativo embasado em sólido diagnóstico da realidade; b) coordenação compartilhada: coordenações colegiadas, comissões e grupos de trabalho; c) administração transparente dos recursos; d) monitoramento e avaliação das ações realizadas.

### **a) Planejamento participativo**

Esse planejamento parte de uma leitura do nosso mundo na qual é fundamental a idéia de que nossa realidade é injusta e de que essa injustiça está diretamente relacionada com a falta de participação em todos os níveis e aspectos da vida humana. A instauração da justiça social passa pela participação de todos/as no poder. Isto quer dizer que a construção de uma sociedade nova, eticamente correta, e a superação das desigualdades e injustiças sociais, políticas, culturais e econômicas exige uma prática de democracia participativa, dentro de um espírito de colegialidade e co-responsabilidade. Embora institucionalmente faça parte de uma estrutura marcada tradicionalmente por uma prática de gestão centralizada e hierarquizada, a Cáritas tem feito um grande esforço no sentido de construir uma gestão compartilhada, democrática e descentralizadora do poder de decisão. Isto tem avançado pela aplicação, em suas instâncias, do modelo participativo, enquanto processo técnico e instrumento metodológico. Por isso, devemos compreender a gestão enquanto movimento que interage com a estrutura organizacional e está diretamente relacionado com o planejamento. O planejamento participativo inclui em seu desenvolvimento a construção de um diagnóstico da realidade que articule o local com o global, o conjuntural com o estrutural, o subjetivo com o objetivo. Isto pode ser dispensado somente quando, anteriormente, houver sido feita uma investigação-diagnóstico que possa subsidiar o processo de escolha de objetivos, prioridades de ação, estratégias e recursos necessários e viáveis para o desencadeamento de ações transformadoras. Portanto, é fundamental que a gestão assegure não só a participação no processo de proposição, mas, também, no processo de análise crítica da realidade. Uma gestão que não conhece criticamente o contexto, não pode planejar de forma competente, na perspectiva da transformação social.

### **b) Coordenação compartilhada**

Uma gestão participativa não significa ausência de coordenação. Pelo contrário, faz-se necessária a sua existência para encaminhar, da melhor forma, a participação de todos/as os/as componentes da instituição. Coordenação compartilhada significa um grupo de pessoas que coordena em conjunto, isto é, organiza as decisões, os meios e os recursos de forma conjunta. Nessa perspectiva, os/as agentes da Cáritas são gestores/as e não recursos humanos. Podemos citar, como exemplo, a experiência que a Cáritas vem construindo com a prática das Coordenações Colegiadas Executivas –

contempladas no Regimento Interno da Cáritas Brasileira –, nos Secretariados Regionais e Nacional, bem como em algumas Cáritas Diocesanas. Em vez de um coordenador, constituem-se equipes de coordenação que cuidam mais diretamente da gestão, uma vez que elas têm, igualmente, um caráter técnico e relativa autonomia para fazerem os devidos encaminhamentos. Assim, pode-se evitar o risco de o planejamento não se realizar, o que poderia trazer problemas de descontinuidade e dificuldade de gerenciamento. Por isso, a coordenação toma decisões para que, de fato, haja definição de responsabilidades e divisão de tarefas.

Uma outra experiência atual e significativa na vida da Cáritas, em especial no nível nacional, é a das comissões, grupos gestores e grupos de trabalho ou temáticos. Esse processo visa aperfeiçoar a gestão participativa e integração da Rede Cáritas, sempre a partir das necessidades. São equipes constituídas por assessores/as do Secretariado Nacional, dos Secretariados Regionais, das Cáritas Diocesanas e por assessores/as externos/as. Essas equipes têm as seguintes características:

- a) Comissões Nacionais: para cada linha de ação, independentemente do número de programas, constitui-se uma comissão com a finalidade de integrar e articular os diferentes programas da linha.
- b) Grupos Gestores de Programas (GGPs): são responsáveis pelo planejamento, acompanhamento da execução e avaliação dos programas. Alguns membros dos GGPs integram as Comissões Nacionais e/ou GTs.
- c) Grupos de Trabalho ou Grupos Temáticos (GTs): têm a finalidade de encaminhar projetos prioritários e de caráter temporário, como por exemplo: pesquisas, preparação e coordenação de eventos, etc. Alguns membros dos GTs integram os GGPs ou Comissões Nacionais.

Coordenação compartilhada significa dar e receber. É uma ação interativa. Às coordenações colegiadas, às comissões, aos grupos gestores e aos grupos de trabalho cabe a “animação” do trabalho de forma a garantir a vivência da mística e a metodologia dos/as agentes, bem como a identidade nos trabalhos com parceiros, de acordo com a missão da Cáritas Brasileira. As equipes gestoras nacionais e regionais, integradas pelas diversas instâncias, têm sido avaliadas como altamente positivas para a integração da Rede Cáritas neste imenso país.

Enquanto processo ainda em construção, é de fundamental importância garantir a avaliação permanente, a partir da prática, a fim de se construir referenciais para o



exercício da lógica da gestão da Cáritas Brasileira, de modo que a partilha, a co-responsabilidade e o fazer conjunto sejam os elementos principais.

### **c) Administração dos recursos**

Não podemos desvincular o planejamento da realidade administrativa e dos recursos disponíveis. Ou seja, o planejamento deve considerar dois aspectos fundamentais: 1) o político, isto é, a tarefa para a qual é mais adequado o uso do conceito Planejamento; 2) o operacional, o qual melhor se denominaria de Administração. Não deve haver uma separação entre o político e o operacional, mas sim uma integração seqüencial completa entre os dois níveis. O político (planejamento) desencadeia coerentemente o operacional (administração) e este realiza as propostas elaboradas no político. O planejamento baseia-se mais na ideologia, na filosofia; enquanto a administração, mais na técnica. O planejamento (político), busca estabelecer o rumo, firmar a missão da instituição. A administração (operacional) busca encaminhar a ação para realizar a vivência de tal rumo e tal missão. Nessa perspectiva, administrar os recursos é disponibilizá-los à manutenção e/ou à melhoria de uma estrutura tida como necessária, boa e passível de aperfeiçoamento. A administração dos recursos é uma tarefa específica para a qual se requer determinada preparação, que deve ser exercida por pessoas eleitas ou consensualmente designadas para centrar suas ações no planejamento operacional.

Um dos grandes desafios da administração, atualmente, é assegurar a austeridade e a eficácia no uso dos bens resultantes de parcerias e campanhas, a fim de manter a credibilidade da Cáritas. Essa sempre foi uma preocupação dos seus gestores, mas, neste momento, trata-se de aperfeiçoar essa prática, quando os recursos administrados aumentam por conta de novas responsabilidades assumidas. Enfim, queremos destacar que o aumento de trabalho direto leva a qualificar o trabalho da administração, assim como os avanços de infra-estrutura devem qualificar o trabalho direto.

### **d) Monitoramento e avaliação**

Podemos dizer que o monitoramento e a avaliação fazem parte de um mesmo processo. E, para que ambos aconteçam, é necessária uma definição de responsabilidades e uma metodologia bem clara apropriada à realidade. Por isso, o processo de monitorar e avaliar exige critérios, indicadores e ainda instrumentos

construídos coletivamente por ocasião do planejamento, ou no decorrer do processo. Sem eles, a instituição pode enveredar por considerações de todo tipo e não chegar a conclusões que possam reorientar a sua missão. O monitoramento e a avaliação são construídos tendo por referência os objetivos e indicadores traçados no plano. Os critérios devem ser definidos no planejamento, tendo como referência os objetivos e metas estabelecidos. O monitoramento tem por objetivos o acompanhamento das ações planejadas e a verificação dos resultados de processos a que se vai chegando durante a execução do plano e em que medida esses resultados favorecem as pessoas envolvidas. Aprofunda a reflexão e análise da realidade para que seja possível redirecionar as ações, consolidando, assim, um espaço contínuo de aprendizagem. Do monitoramento se originam os elementos básicos para a avaliação realizada ao final de períodos determinados ou após a realização de um projeto ou programa.

Uma gestão democrática é aquela que permite o desenvolvimento do monitoramento e da avaliação, ou do controle social,<sup>3</sup> como é chamado na gestão social. Por isso os instrumentos utilizados jamais podem ser compreendidos como mecanismos de dominação, e deve-se evitar que os agentes ativos da avaliação se transformem em meros sujeitos passivos. Essa prática só se concretizará, de fato, quando as pessoas participarem com autonomia, isto é, com liberdade de expressão. E a coordenação compartilhada precisa preocupar-se em garantir essas condições para viabilizar os resultados esperados com o monitoramento e a avaliação, a fim de que estes processos não sejam meros legitimadores dos agentes e das ações realizadas.

Nessa visão de gestão social em que os/as agentes não são recursos humanos, mas gestores, os elementos mencionados acima vão consolidando a identidade da Cáritas e dos seus agentes. É o caminho assumido para avançar no processo de construção de uma gestão social compatível com os objetivos e metas, contextos e possibilidades da instituição, enquanto resultado de sua estrutura (física e financeira) e criatividade e ação de seus gestores.

<sup>3</sup> A idéia de controle no senso comum é associada à fiscalização. Aqui, controle social tem o sentido mais abrangente de co-responsabilidade com a coisa pública, baseada numa relação de trabalho conjunto em torno de objetivos comuns. Como termo gêmeo de participação, controle social remete ao todo, ao funcionamento do sistema numa perspectiva de trabalho conjunto em prol da justiça social.



## 2. Bases da política de formação

*A formação e a capacitação de lideranças para uma metodologia participativa de organização e educação do povo são objetivos permanentes da Cáritas. Ela busca desenvolver esse trabalho de formação junto às comunidades, paróquias, dioceses, regionais e, em âmbito nacional, com fundamentação bíblica e ensino social da Igreja, com vivência da mística e espiritualidade ligadas à prática da solidariedade libertadora. (Cáritas na promoção da solidariedade, 2005, p.19)*

A política de formação da Cáritas Brasileira tem como base o Ensino Social da Igreja (ESI), a identidade, a missão e a organização da Cáritas, a compreensão crítica e transformadora da realidade, traduzidos em princípios norteadores, em eixos estruturadores da ação. O momento histórico em que estamos exige muito discernimento para lermos os “sinais dos tempos” com sabedoria. Ao mesmo tempo em que mergulhamos num mar de informações de toda ordem, deparamo-nos com diferentes concepções de ser humano, de mundo e de sociedade. Qual é a visão que a Cáritas tem assumido nos últimos anos, decorrente da sua histórica atuação na formação humana? Como os/as agentes se colocam nessa “torre de babel” de inúmeras visões, antigas e novas, que influenciam o cotidiano do povo e dos agentes?

Sem dúvida, o momento é propício e nos desafia a questionar nossos referenciais que são lentes através das quais olhamos nosso mundo interior e exterior. Trazemos diversas heranças do saber desenvolvido no decorrer da história da humanidade, especialmente da filosofia, da religião e, desde os dois últimos séculos, da sociologia, da antropologia, da psicologia, além das descobertas recentes no campo da biologia, como a neurociência. Podemos citar alguns exemplos mais verificados nos meios eclesiais:

- a) a separação entre corpo e alma – dualismo –, que veio de alguns filósofos gregos até nós através da própria religião;
- b) a visão moralista igualmente ligada a uma concepção religiosa – o maniqueísmo<sup>4</sup> – que classifica o mundo e tudo o que nele existe em coisa boa ou má;
- c) a visão idealista que nega a contradição e o condicionamento da base material da vida.

Tais concepções resultam numa visão simplificadora, fragmentada e linear, impedindo o avanço para uma compreensão histórica e crítica da realidade.

O desenvolvimento das ciências da física, química, biologia e sociologia positivista resultaram em um paradigma de progresso, de prosperidade, de crescimento sem limites. Nesse modelo, os humanos, em nome do progresso, dominam e destroem a natureza em vez de se colocar numa relação de convivência. Olhando para trás, vemos que o progresso conquistado mediante a utilização e exploração de todos os recursos naturais e as próprias pessoas, resultou na degradação do nosso planeta com danos irreversíveis sobre a vida. Além de levar dois terços da humanidade à miséria e causar danos à natureza, muitos deles, irreversíveis, o paradigma hegemônico de progresso e de lucro, nos últimos séculos, resultou em profundas desigualdades sociais: dominações de classe, de geração, de raça/etnia e de gênero. Então para que serviu esse modelo mecanicista de ciência e de técnica? Para que servem as conquistas materiais de toda ordem se elas estão inacessíveis para a maioria? “Ter mais tecnologias à nossa disposição e poder realizar mais com menos esforço não deveria representar uma ameaça. No entanto, os resultados práticos têm sido a concentração de renda, o desemprego, gente estressada e angustiada. Como conseguimos transformar avanços em dramas?” (Dowbor, 2002, p. 11). Há possibilidade de mudar? Ou estamos mesmo no “fim da história” e tudo está pré-determinado?

<sup>4</sup> Maniqueísmo é uma doutrina criada por um persa chamado Mani ou Manes (século III), sobre a qual se criou uma seita religiosa que teve adeptos na Índia, China, África, Itália e Sul da Espanha. Afirmava que o Universo foi criado e é dominado por dois princípios antagônicos e irreduzíveis: Deus ou o bem absoluto, e o mal absoluto ou o diabo. Portanto é uma doutrina que se funda em princípios opostos, bem e mal, e que influenciou fortemente a doutrina cristã (Novo Dicionário Aurélio, 1986, p. 1081).

À luz da fé, podemos dizer: Deus não entregou o senhorio a ninguém. O mundo tal qual está hoje foi construído pela humanidade e como tal pode ser modificado.

À luz do educador Paulo Freire (2000), podemos afirmar: a História é tempo de possibilidade e não de determinismo. Podemos assumir uma postura pedagógica crítica e esperançosa que age com o sonho de transformação, ou uma postura pragmática de sujeição que atua imobilizando a História. “A ideologia fatalista contida no discurso neoliberal decreta a morte da História, o desaparecimento da utopia, o aniquilamento do sonho” (p. 115).

Diante desse trágico resultado, diversos setores, preocupados com um futuro melhor para a humanidade, fazem uma profunda avaliação e apontam possíveis caminhos de saída. Assim, também os/as agentes da Cáritas vivem em meio às tensões de diferentes propostas e teorias que desejam contribuir na busca de novos rumos. Considerando o que a humanidade avançou e o que regrediu, as questões fundamentais que colocamos são: o que preservar ou retomar? O que modificar ou transformar? O que acrescentar?

Diversos estudiosos/as trabalham na perspectiva de que a humanidade está vivendo um tempo de transição paradigmática, um tempo de profundas mudanças em meio a uma encruzilhada civilizacional. Como toda crise pode ser oportunidade, levantam-se muitas forças sociais que buscam retomar a utopia de uma sociedade solidária – *um outro mundo é possível* a partir dos parâmetros de uma ética solidária, de coresponsabilidade e compaixão, que se fundamenta numa visão crítica, complexa<sup>5</sup>, ecológica<sup>6</sup>, democrática e espiritual. Fortalece-se uma sensibilidade solidária,

<sup>5</sup> Edgar Morin, sociólogo e intelectual francês, propõe um olhar complexo sobre a realidade, dado que todas as teorias são insuficientes para abarcar a complexidade da teia da vida em todas as suas dimensões. O pensamento complexo busca superar as simplificações do conhecimento, aprofundando as múltiplas interações entre as “partes e o todo” da realidade.

<sup>6</sup> Fritjof Capra, físico e intelectual, fala na ética ecológica como um padrão de comportamento que flui através da percepção de que todos pertencemos à comunidade global da biosfera. Tudo o que existe faz parte de uma rede onde a ecologia assume a sustentabilidade da vida que existe desde o princípio, não através da competição, mas através da cooperação. Movimentos ecofeministas trazem uma compreensão das causas últimas da exclusão social que está no tipo de racionalidade ocidental, patriarcal de dominação da natureza. E propõe uma nova racionalidade ecossocial.

Vandana Shiva (2002, p. 113) afirma: “O enfoque que a vida necessita para sua estabilidade ecológica é holístico, descentralizado, participativo e respeitoso da diversidade”.

retomando valores e sonhos antes destruídos pela ganância e prepotência de poderes políticos, econômicos e religiosos totalitários. Multiplicam-se em todas as áreas experiências inovadoras que praticam as novas bases de solidariedade e justiça, muitas delas com postura crítica frente ao sistema econômico neoliberal. Muitos movimentos sociais lutam ao mesmo tempo pela mudança do sistema econômico, político, cultural, social e religioso. Desejam avançar gradativamente para uma outra sociedade em construção, mas ainda sem modelo pré-definido. E, nessa perspectiva, não há um único princípio e nem único “instrumento” para realizar a transformação, assim como não cabe mais um modelo único de ser humano ou de tipo de sociedade. O ser humano não obedece a um protótipo (modelo) determinado pela natureza (determinismo biológico) e nem por uma concepção ideológica como verdade única. Existem projetos com uma direção, mas não fechados, não únicos, não pré-definidos por um grupo, um partido ou igreja. Aprendemos com a história que essa perspectiva ideológica sempre acabou sendo impositiva à medida que se colocou como único caminho.

A política de formação da Cáritas assume uma postura democrática de respeito e valorização da diversidade, mas se afirma numa análise crítica da realidade tendo como referência e uma das suas bases os princípios éticos de defesa da vida expressos no Ensino Social da Igreja. Esses princípios são uma orientação básica para a compreensão e ação no campo social, econômico, político e cultural. Eles nascem do Evangelho e da Tradição Cristã e, gradativamente, assumem concepções de algumas ciências que contribuem para a compreensão e a prática humanizadora.

Entre os princípios norteadores do Ensino Social da Igreja, podemos destacar:

- a) **A vida e a prática de Jesus** – Com toda a segurança, todos os princípios do Ensino Social da Igreja derivam deste primeiro grande princípio dos cristãos que é o testemunho, isto é, a vida e a prática de Jesus Cristo. Os cristãos têm de ser “*sal da terra*”, “*fermento na massa*”, “*luz do mundo*”.
- b) **O amor** – É o princípio inspirador da ação dos cristãos (Gaudium et Spes, 38). Os cristãos lutam por transformações sociais movidos por amor. Ele é a grande força interior que move a prática social do cristão. Somente o amor, na sua radicalidade de amar o inimigo, é capaz de superar as injustiças, o espírito de individualismo e vingança. “*Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado só*

*poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã...*” (Sollicitudo Rei Socialis, 39).

- c) Igualdade fundamental do Povo de Deus** – “Pela comum dignidade batismal, os fiéis leigos e leigas são co-responsáveis pela missão da Igreja” (Christifidelis Laici, 5). Guiados/as pelo espírito evangélico são chamados/as para contribuir como fermento no mundo (*Idem*).
- d) A igualdade fundamental entre todas as pessoas** – “Criados à imagem de Deus, todos/as têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos/as têm a mesma vocação e destino divinos”. Por isso, devemos “*superar e eliminar qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião*” (Gaudium et Spes, 29).
- e) Pessoa humana é princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais. A Vida está acima de tudo** – A partir da perspectiva do humanismo cristão, nem a nação, nem o Estado, nem a raça ou classe, nem a ordem ou a segurança podem ocupar o lugar da pessoa humana. A pessoa humana está acima de todas as coisas e os seus direitos e deveres são universais e invioláveis. Uma sociedade solidária e sustentável deve ter em vista “*tornar acessíveis ao ser humano todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimentos, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa*” (Gaudium et Spes, 25).
- f) Destino universal dos bens** – “Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos... Sejam quais forem as formas da propriedade, (...) deve-se sempre atender a este destino universal dos bens”. Conforme Santo Tomás de Aquino, ‘*na necessidade extrema, todas as coisas são comuns, isto é, todas as coisas devem ser tornadas comuns*’ (Gaudium et Spes, 69; Populorum Progressio, 22 e 23; Sollicitudo Rei Socialis, 39 e 42). Por isso, “o direito à propriedade privada está

subordinado ao direito ao uso comum, subordinado à destinação universal dos bens” (Laborem Exercens, 14).

- g) A solidariedade universal/ecológica** – João Paulo II nos fala da necessidade de criar uma ampla rede de solidariedade, de tal maneira que todas as necessidades humanas possam encontrar uma resposta (Laborem Exercens, 8). A solidariedade (do latim *solidare* = unir fortemente) não se expressa como um mero sentimento de compaixão. É uma virtude que consiste numa “*determinação firme e perseverante de empenhar-se pelo bem comum onde todos/as sejamos responsáveis por todos/as...*” (Sollicitudo Rei Socialis, 38). Contrapõe à cultura individualista e consumista uma cultura de solidariedade, de novas relações com a natureza (solidariedade ecológica, Sollicitudo Rei Socialis, 34), novas relações dos homens e mulheres entre si e com Deus (Puebla, 386).
- h) A opção preferencial pelos pobres** – Reunida em Puebla, a Igreja latino-americana ratificou e assumiu como própria a opção preferencial pelos pobres (Puebla, 28, 31-39, 87-90, 382, 707, 733, 1134, 1217; Sollicitudo Rei Socialis, 42).
- i) O princípio da subsidiariedade** – Deve estar sempre associado ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao princípio da solidariedade (Quadragesimo Anno, 79). Este princípio quer dizer que cada nível de organização deve ter a liberdade de iniciativa e procurar resolver, com seus próprios meios, os seus problemas. “*A ação desses poderes, que deve ter caráter de orientação, de estímulo, de coordenação, de suplência e de integração, há de inspirar-se no princípio de subsidiariedade...*” (Mater et Magistra, 50).
- j) O direito de propriedade para todos os seres humanos** – “*No plano da criação, os bens da terra são primordialmente destinados à subsistência digna de todos os seres humanos...*” É a função social da propriedade (Mater et Magistra, 116). “*Sobre toda propriedade privada pesa uma hipoteca social*” (Puebla, 492). “*O direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum*” (Populorum Progressio, 23). Portanto, o direito à propriedade está submetido ao princípio da destinação universal dos bens.



**k) Primazia do bem comum** – “O bem comum compreende o conjunto das condições de vida social que permitem aos indivíduos, famílias e associações alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (Gaudium et Spes, 74; 26). “O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à prosperidade coletiva... Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos” (Populorum Progressio, 24 e 33).

**l) Primazia do trabalho sobre o capital** – “O trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida” (Rerum Novarum, 6). “O princípio da prioridade do trabalho em confronto com o capital... diz respeito diretamente ao processo de produção, relativamente ao qual o trabalho é sempre uma causa eficiente primária, enquanto que o capital, sendo o conjunto dos meios de produção, permanece apenas um instrumento, ou causa instrumental” (Laborem Exercens, 12).

**m) Democracia e participação política** – “A missão confiada por Cristo à sua Igreja, não é de ordem política, econômica ou social: o fim que lhe propôs é, com efeito, de ordem religiosa. Mas dessa mesma missão religiosa deriva um encargo, uma luz e uma energia que podem servir para o estabelecimento e consolidação da comunidade humana segundo a lei divina. Quando necessário,... ela pode e deve suscitar obras destinadas ao serviço de todos, sobretudo dos pobres, tais como obras caritativas e outras semelhantes” (Gaudium et Spes, 42). A (quem?? FALTA PALAVRA)condena a separação entre a fé e a vida, entre a prática religiosa e a prática política: “Este divórcio entre a fé que professam e o comportamento quotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo” (Gaudium et Spes, 43). “A Igreja aprecia o sistema da democracia, na medida em que assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e lhes garante a possibilidade de eleger e controlar seus próprios governantes” (Centesimus Annus, 46; Gaudium et Spes, 75-76; Sollicitudo Rei Socialis, 44; Santo Domingo, 190-193). “Os fiéis leigos/as de nenhum modo podem abdicar da participação na política... todos/as e cada um/a tem o direito e o dever de participar na política” (Christifidelis Laici, 42).

n) **Profetismo** – Biblicamente, portanto, profeta é chamado/a a ser “anunciador/a”, “homem/mulher de Deus” (I Sm 2,27), é aquele/a que tem um olhar aguçado que penetra a realidade em profundidade, sintonizado/a com os sinais dos tempos e fala em nome de Deus. É alguém que conhece bem o passado (a história), vê o presente e projeta o futuro. Profeta é quem mantém viva a promessa que Deus tem para com seu povo, é quem denuncia o que ameaça a vida do povo, em nome de Deus, e, comprometido/a com o projeto de Javé, anuncia um “novo céu e uma nova terra”. Cristo é o PROFETA. Seu espírito profético foi passado à Igreja: aos apóstolos, os primeiros cristãos e, hoje, a nós. O profetismo é da essência da missão da Igreja. A profecia tem por objetivo construir o Reino de Deus.

Os/as agentes, no cotidiano da sua prática, também se apóiam em outras teorias que contribuem para a compreensão dos desafios e potencialidades em jogo, sempre com olhar crítico para não cair no erro de se acharem “donos/as da verdade”. Por isso é também uma postura de diálogo entre os/as próprios/as agentes da Cáritas, bem como com outros companheiros/as, grupos ou instituições que estão “remando na mesma direção”. Com base nas orientações do Evangelho e nas luzes de algumas ciências, sistematizamos alguns destaques da compreensão crítica da realidade e indicamos proposições para uma metodologia libertadora.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Além dos itens 2 e 3 deste texto – que colocam algumas reflexões em relação às bases, princípios norteadores e visão da Cáritas –, a referência mais ampla inclui a “Identidade e organização da Cáritas” (parte inicial – item 1) e “Eixos estruturadores da ação da Cáritas” (item 4). Vale salientar que a Cáritas participa deste momento histórico de crise civilizacional, de busca de paradigmas querendo reconhecer-se como agente social, político e espiritual. Nessa perspectiva, é preciso valorizar concepções e práticas sociais sistematizadas em diversos documentos já publicados pela Cáritas, dos quais alguns estão indicados nas referências ao final deste instrumento.

### 3. Visão e projeto da Cáritas no atual contexto



*As raízes da fome estão, especialmente, na distribuição iníqua da renda e das riquezas, que se concentram nas mãos de poucos, deixando, na pobreza, enormes contingentes populacionais nas periferias urbanas e nas áreas rurais. Essa concentração de renda e riqueza vem de longa data e segue uma lógica na qual o crescimento econômico do Brasil sempre aumenta a riqueza dos ricos, sem estender seus benefícios a quem não tem poder no mercado. (CNBB, 2002, Doc. 69, n. 13).*

Nos últimos tempos, a riqueza mundial aumentou. Com cerca de US\$ 5mil em bens e serviços por pessoa/ano, daria em torno de 1,7 mil dólares por mês para uma família de quatro pessoas. Isso seria suficiente para todos viverem com conforto e dignidade. Mas em vez disso, 30 mil crianças morrem de fome e outras causas absurdas, a cada dia. Como explicar tal tragédia de mais da metade da população do planeta, segundo Dowbor (2002, p.11), ter que viver com menos de dois dólares por dia?

#### 3.1 Dados reveladores

No período da implantação do neoliberalismo no Brasil aumentaram a desigualdade e a concentração de renda de forma alarmante.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Os dados constam do *Atlas da Exclusão Social - os Ricos no Brasil*, lançado dia 1º de abril de 2004 pela Cortez Editora, feito com base em informações dos Censos de 1980 e 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). Cf. edições de 2 de abril de 2004 dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Dados repercutidos nas edições do IHU Online, nºs 100 a 108, do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo (RS).

De 1980 a 1990, as famílias ricas (com renda superior a R\$ 10.982,00) aumentaram de 1,8% a 2,4%. Em 2000, essas famílias chegavam a 1.162.164, sendo que em 1980 eram 507.600 famílias. A participação na renda nacional das mesmas subiu de 20% para 33%. Entramos o milênio de 2001 com 5.000 famílias brasileiras muito ricas (= 0,01%) sendo donas de um patrimônio equivalente a 46% do Produto Interno Bruto (PIB). A distribuição de renda no Brasil é uma das mais perversas do planeta.

De outro lado, dos 68 milhões de ocupados, 22 milhões de pessoas recebiam até um salário mínimo e outros 21 milhões de pessoas tinham uma renda de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 520,00 no valor de 2004). E o dado mais brutal revelado pelo Atlas da Exclusão Social foi a existência de mais de 22 milhões de famintos e um total de 27 milhões de brasileiros que estão fora do sistema previdenciário.<sup>9</sup> E dos trabalhadores que têm trabalho, um em cada quatro tinha um emprego formal no setor privado, com carteira assinada e direitos assegurados (Dowbor, 2002).

No início do Plano Real, ou seja, de 1994 a 1997, notava-se alguma melhora para os mais pobres. De lá para cá, houve uma queda acentuada na renda dos/as trabalhadores/as.<sup>10</sup>

Os indicadores econômicos e sociais do país mostram a perda de conquistas sociais, crescimento da desigualdade, do desemprego. Em 1996, os 50% mais pobres detinham 13,3% da renda do País; enquanto o 1% mais rico ficava com 13,4%. Em 2002, os 50% mais pobres passaram para 14,4% e o 1% mais rico passou para 13,5% da renda.

As grandes empresas e bancos foram os que mais lucraram. Ao final de 1994, as instituições financeiras lucraram R\$ 3,1 bilhões. Em dezembro de 2003, o volume atingiu R\$ 11,5 bilhões de lucro.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> Fonte: jornal *Correio Brasiliense*, de 16 de junho de 2004, dados da Secretaria de Previdência Social.

<sup>10</sup> Estima-se que enquanto a população geral brasileira era de 170 milhões, 107 milhões estava em idade ativa (entre 16 a 64 anos). Contudo a população considerada economicamente ativa (PEA) estava em torno de 79 milhões. Dentro desse critério, enquanto que para o IBGE o desemprego no Brasil era apenas de 8%, para o DIEESE, o desemprego chegava a 18% da PEA. Significa que em torno de 35 milhões de pessoas em idade de trabalho não exercem atividade econômica remunerada (Dowbor, 2002, p.23).

<sup>11</sup> Fonte: jornal *Folha Online*, de 27 de junho de 2004. Avaliação dos 10 anos do Plano Real.

A escravidão das dívidas sufoca qualquer possibilidade de saída para o país. O endividamento de União, Estados, municípios e empresas estatais soma R\$ 926,4 bilhões, que corresponde a 56% do PIB. O Brasil paga anualmente um terço do que arrecada.<sup>12</sup> Segundo dados do Banco Central, a dívida externa estava em 205 bilhões de dólares em julho de 2004.

## 3.2 Compreendendo a desigualdade social

O motivo da fome também não se explica pelo aumento rápido da população e nem pela falta de recursos. Igualmente não se trata de resultado de baixa produtividade. Analisando a história, percebemos que os avanços tecnológicos multiplicaram diversas vezes a capacidade de produção, no entanto, a fome também continuou crescendo em número e grau. Diante dessa constatação, não se sustenta a explicação de que a miséria do povo brasileiro seja consequência da falta de renda. O fato é que aumenta a concentração da renda ao mesmo tempo em que a miséria e a fome se multiplicam drasticamente.

Buscando compreender as transformações que vivemos nos últimos tempos, tem-se atribuído grande peso à revolução tecnológica que gerou e continua gerando mudanças estruturais drásticas no mundo do trabalho. Em decorrência dessa reestruturação sob a lógica capitalista, amplia-se a exclusão econômica e social. Expandem-se dinâmicas de trabalho informal e ilegal que acabam, em última análise, sendo serviais à continuidade da acumulação do capital. No jogo do poder entre a relação capital-trabalho próprio das sociedades capitalistas, o prejuízo acaba sendo do lado mais fraco. "Nessa circunstância, o capital promove meios para continuar alcançando o seu fim, dispondo da força de trabalho de que necessita, mediante formas que reduzam significativamente seus custos".<sup>13</sup> Boa parte dos trabalhos que qualificamos

<sup>12</sup> Fonte: jornal *Folha de S. Paulo*, de 21 de abril de 2004.

<sup>13</sup> Maria Augusta Tavares (2004, p. 78) mostra que "a flexibilização munuiu o capital de mecanismos que permitem maximizar a exploração e também extrair mais-valia, mediante relações informais que se verificam na pequena empresa, no trabalho autônomo, no trabalho domiciliar, nas cooperativas etc...". De acordo com a autora, o trabalho informal tende a se generalizar exatamente pela sua funcionalidade ao capital. Não se trata de um setor da economia, mas uma forma atual de reestruturação do capitalismo.

hoje como serviços, continua pertencendo ao sistema produtivo, portanto, constituem-se novas lógicas de exploração do trabalho pelo capital e “grande parte das terceirizações e formas precárias de vinculação se deve ao desmembramento de segmentos de atividades que podem constituir unidades autônomas em termos tecnológicos e organizacionais... Cada vez mais, a própria atividade produtiva pode ser terceirizada...” (Dowbor, 2002, p.24). Por conseguinte, a proposta hegemônica do terceiro setor é parte da reestruturação neoliberal, na implementação de políticas sociais compensatórias necessárias à chamada acumulação flexível do capital. Frente a essa realidade ambígua e ambivalente,<sup>14</sup> a Cáritas procura discernir, considerando as ambigüidades e ambivalências presentes nesses processos, entre caminhos que podem significar formas atualizadas de assistencialismo ou fortalecimento de processos emancipatórios.

A continuidade da submissão do Brasil ao processo de globalização neoliberal tende a aprofundar ainda mais as desigualdades, a concentração de renda e a exclusão social. O domínio do mercado financeiro, a escravidão aos mecanismos de endividamento leva países inteiros à miséria, gerando cada vez mais contingentes de massas sobrantes submetidas ao desemprego, à fome e à ausência ou ao descaso das políticas públicas. No Brasil, o dinheiro que deveria ser aplicado em investimentos sociais e infra-estrutura é remetido a “credores”, a título de serviços e juros da dívida.

Nosso país tem condições de oferecer vida digna para todos. Mas, para isso, é preciso inverter a lógica de desenvolvimento exploratório e concentrador por uma sociedade solidária e sustentável que desconcentre e descentralize a renda, o poder, a população... É preciso definir um projeto nacional próprio alicerçado sobre a base da ética solidária e da justiça social, democratizando as relações sociais e o acesso aos bens, superando a lógica da privatização dos bens da natureza, bem como as demais riquezas socialmente produzidas. Eles são bens públicos e em hipótese alguma se justifica uma privatização, uma apropriação particular para fins de exploração e geração de lucros para acumulação egoísta.

<sup>14</sup> De acordo com Pedro Demo (2002, p. 20-21), “**A realidade se diz ambígua** quando possui estrutura difusa, não-linear, caótica, apresentando-se como autêntica unidade de contrários. (...) **A realidade se diz ambivalente** quando sua dinâmica manifesta direções opostas no mesmo todo. O termo ambíguo designa traços da estrutura da realidade, enquanto o termo ambivalente aponta para modos de seu vir a ser”.

Os avanços do processo de organização, resistência e luta de setores do povo excluído, bem como as diversas experiências de governos democrático-populares em municípios e Estados, ensaiam novas formas de organização social. Mas isso é uma tarefa difícil, porque no jogo de forças que se estabelece na sociedade, ainda é o poder econômico que define as regras. Ser governo não significa ter o poder de implementar as mudanças pretendidas de acordo com a ideologia de um partido. Muitas vezes, alianças com partidos de projetos contraditórios dificultam ainda mais a viabilização de mudanças estruturais. Forças sociais conservadoras ligadas ao poder econômico e financeiro levam os poderes executivos, com ou sem a conivência dos poderes legislativos, a optarem pela manutenção de estruturas injustas. Algumas políticas setoriais, embora alcancem alguns avanços, jamais conseguirão reverter o processo sistêmico de exclusão social que exige mudanças estruturais.

Percebemos, cada vez mais, que a sociedade precisa estar fortalecida através de suas múltiplas formas de organização, articulando forças em torno de um projeto comum, sem ficar submissa à imposição de regras definidas pelo mercado financeiro internacional. Frente ao império desse mercado, para termos força de encaminhar as mudanças estruturais, será fundamental haver uma postura firme de governos legítimos, respaldados pelos setores da sociedade organizada que desejam uma sociedade solidária e sustentável, sem exclusões. Como agentes de uma entidade inserida no atual contexto, nós queremos contribuir no fortalecimento da organização da sociedade civil, sobretudo dos setores empobrecidos e em processo de exclusão.

Somos, pois, co-responsáveis para inverter as prioridades nacionais, reverter a mercantilização da vida e construir coletivamente um novo modelo de “desenvolvimento integral”, solidário, ético e sustentável: socialmente justo, economicamente viável, ambientalmente sadio, politicamente democrático, culturalmente plural e religiosamente ecumênico. Como avançar em direção a essa sociedade solidária e sustentável?

É preciso considerar que o poder econômico estabelecido, que continua se concentrando, permite mudanças *enquanto não se mexa em seus interesses*. De outra parte, cabe aos governos responder minimamente, e com urgência, às demandas difíceis de serem atendidas, seja pelo tamanho da dívida social, seja pela não destinação de recursos para o investimento nas áreas social e de infra-estrutura básicas.

A Cáritas Brasileira tem defendido que cabe ao governo federal, com o apoio do povo organizado, romper com o modelo do capitalismo neoliberal e mudar de rumo.

Nosso país teria condições de caminhar para um novo ciclo de investimento, orientado para a *criação de um mercado interno de massas*, com quatro pilares estratégicos garantindo o acesso à produção e ao consumo de alimentação, à habitação popular (com todos os tipos de produção e serviços diretos e de infra-estrutura a ela associados), à ampliação e retomada dos serviços públicos essenciais, e, à energia segura e barata. E, nessa perspectiva, deveria haver uma renegociação da dívida externa no sentido de garantir outros investimentos no país – sobretudo na educação, geração de trabalho e outros investimentos na área social – com os recursos que atualmente são repassados para juros e serviços da dívida.<sup>15</sup>

Por outro lado, todos/as temos consciência de que é preciso evitar ilusões. No lugar da expectativa mágica, é preciso pôr os pés no chão e desencadear ações assistenciais estruturantes, com vistas à erradicação progressiva da fome e da miséria, junto com estratégias de desenvolvimento que passem pela geração de trabalho e por um processo educativo de mudança cultural. Num tempo de cada vez menos certezas, talvez uma das poucas em que podemos acreditar é que os avanços locais, e mesmo os de nível macro, somente acontecerão como conquistas decorrentes da necessária organização e mobilização da “classe-que-vive-do-trabalho”,<sup>16</sup> sobretudo dos que estão em processo de exclusão social.

Por fim, isso tudo tem a ver com a realidade de processos de exclusão que se globalizam.<sup>17</sup> Daí vem o grande desafio de os países, como o Brasil, empreenderem uma relação internacional soberana, solidária, capaz de estabelecer uma nova relação entre países. Uma globalização solidária exige uma integração entre os povos, e não meros acordos comerciais por meio dos quais algumas grandes empresas dos países dominantes acabam impondo suas regras. Uma nova relação entre os povos,

<sup>15</sup> Tese defendida por César Benjamim na Reunião do Conselho Consultivo da CB, realizada em Brasília, em junho de 2003.

<sup>16</sup> A classe que vive do trabalho, na sua diversidade e complexificação, é constituída por todos e todas que vivem do seu próprio trabalho, isto é, não vivem da exploração do trabalho alheio (cf. Antunes, 1997).

<sup>17</sup> Por globalização entendemos o conjunto de relações intensificadas em escala transnacional, sejam elas práticas globais ou práticas sociais e culturais cujas interações enredam os acontecimentos locais com os mais distantes, e vice-versa (cf. Giddens, 1991). Por isso globalização tem sempre um sentido plural, de globalizações. Boaventura Santos (2002a) fala em globalização hegemônica e contra-hegemônica.



especialmente com os nossos irmãos latino-americanos, precisa ser inaugurada e fortalecida. Certamente, todos os governos contam com a participação da sociedade organizada, sobretudo para construir alternativas frente à grave questão social. A Cáritas poderá participar, assumindo a co-responsabilidade, viabilizando parcerias no campo da defesa e promoção de direitos, na busca da cidadania plena<sup>18</sup> na proposição, viabilização e controle social de políticas públicas. Assim, ela estará fortalecendo, a partir da sua missão, a organização e participação de setores historicamente excluídos da vida social, política, econômica e cultural. Dessa forma, estará auxiliando o desenvolvimento de um *novo projeto societário*.<sup>19</sup>

<sup>18</sup> A busca da cidadania plena significa a luta pela garantia de todos os direitos humanos (civis, políticos, sociais, econômicos, ecológicos) enfim, por uma vida digna e com participação ativa no processo de desenvolvimento socioeconômico, político e ambiental (cf. Silva, 1995, p. 26).

<sup>19</sup> Novo projeto societário não se reduz à sociedade, mas para o conjunto da nação, incluindo a organização do Estado, sociedade e mercado numa nova perspectiva de radicalização da democracia e realização de direitos humanos.

## 4. Eixos estruturadores da Missão da Cáritas



*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos/as aqueles/as que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos/as discípulos/as de Cristo. (Gaudium et Spes, 1).*

A Cáritas Brasileira testemunha e anuncia o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo a vida, promovendo e animando a solidariedade libertadora, participando da construção de uma nova sociedade com as pessoas em situação de exclusão social, a caminho do Reino de Deus.

A missão da Cáritas brota dos apelos da realidade, da inspiração do Evangelho, das encíclicas e outras orientações da Tradição Cristã que constituem o chamado Ensino Social da Igreja. É da interação entre essas fontes e com apoio das ciências que vamos clareando novos paradigmas em construção. O processo de formação humana na Cáritas sempre se ocupou com a preparação de agentes para animar a prática da solidariedade e, nesse processo, formar o ser humano em todas as dimensões da vida. Compreender o mundo e contemplá-lo com esse novo olhar é uma contribuição fundamental de um processo de formação planejado. A partir da sintonia com o projeto de Deus, perceberemos, com maior clareza, tudo o que contradiz a utopia do Reino. Um olhar de esperança fortalece a certeza de que a realidade pode ser mudada. Testemunhas históricas são nossa referência na luta pela concretização de um projeto alternativo de sociedade experienciado a partir de iniciativas locais.

Diversos cientistas comprometidos com a transformação igualmente nos instrumentalizam para melhor compreendermos a realidade e agir sobre ela. A exigência ética e evangélica leva-nos a essa busca constante de agir com coerência para denunciar

as injustiças e contribuir na construção de novas relações de justiça, solidariedade e paz. Essa é a dimensão profética da Cáritas que não se propõe a nenhum tipo de solidariedade assistencialista, compensatória, apaziguadora dos conflitos e contradições sociais. Só é possível assumir a profecia se tivermos uma visão de ser humano e de história que deixa o futuro sempre em aberto – a utopia como horizonte das ações, como possibilidade e não determinismo. Tudo está em constante movimento, em transformação. Todas as ações que levam as pessoas a serem mais gente são importantes, desde que não se perca de vista a necessidade de enfrentar as contradições de classe e outras causas. A profecia é o lado político da ação. Não basta ter boa intenção ou vontade de modificar as coisas; é preciso estratégias baseadas na leitura crítica da realidade (Mística..., 2003, p. 30-33).

Os “eixos” são diretrizes ou princípios orientadores da ação. Eles brotam da missão. São opções estratégicas que expressam a identidade, a metodologia, a mística e as propostas contidas na missão. São dimensões referenciais que servem de indicadores para medir a qualidade do conjunto das ações estruturadas em linhas e programas. Enquanto opções estratégicas, indicam também a identidade, a metodologia e a mística para todos/as os/as agentes da Cáritas Brasileira.

A seguir buscaremos explicitar cada um desses “eixos” da missão da Cáritas.

## 4.1 Defesa e promoção da vida – sociobiodiversidade

“Eu vim para que todos/as tenham vida plena” (*Jo 10, 10*).

“No contexto da globalização, há duas grandes comunidades às quais todos nós pertencemos: todos nós somos membros da raça humana e todos fazemos parte da biosfera global” (*Capra, 2002*).

Promover a vida é a missão de Jesus e é também a missão da Cáritas. Trata-se da defesa e promoção da vida humana enquanto ser-de-relações-solidárias – relações com a natureza, consigo e com Deus – em condições plenas, para que alcance a máxima felicidade na sua dimensão biológica, afetiva, racional e espiritual. Em vista disso, não se trata do ser humano de forma isolada, mas integrado com todos os seres criados por Deus, sem os quais não

haveria vida humana. É o que hoje se denomina *sociobiodiversidade*<sup>20</sup> que assume a vida na sua perspectiva ampla: a manutenção das espécies, de materiais genéticos, habitats, ecossistemas e paisagens; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; reconhecimento de cada país sobre sua própria biodiversidade; repartição equitativa dos benefícios econômicos e sociais (monetários e não monetários) fruto do uso sustentável da biodiversidade. Significa, pois, a vida compreendida como rede de relações com sustentabilidade ecológica e justiça econômica de forma interdependente. A vida humana engloba necessidades biológicas, cognitivas e sociais e, portanto, os direitos humanos devem ser respeitados nessas três dimensões. “Desde o princípio, há mais de três bilhões de anos, a vida surgiu no planeta não através da competição, mas através da cooperação, de parcerias e da formação de redes” (Capra, 2002, p.224).

Coerente com essa compreensão da vida, é necessário mudar a concepção de ser humano centrada no homem (macho) como centro de tudo (antropocentrismo), que se colocou como dono absoluto e dominador de tudo. Os resultados todos conhecemos: um modelo patriarcal de dominação que resultou num desenvolvimento de exploração predatória da natureza. E a consequência mais danosa acaba sendo o agravamento da miséria em grau e quantidade, juntamente com a rápida destruição do equilíbrio da vida existente no cosmos. A visão estreita da vida das grandes empresas que dominam hoje a engenharia genética, motivadas pelo lucro, não pode continuar sem o controle da sociedade, interferindo nos ciclos naturais da vida, pois isso estará colocando em risco a sustentabilidade do Planeta.<sup>21</sup> Para que a vida possa ser radicalmente promovida, é necessário resgatar o princípio feminino, como moradores da mesma casa que Deus nos deu: o planeta Terra, parte do sistema cósmico.

O compromisso com a defesa e promoção da vida leva a Cáritas a assumir:

- A luta contra a miséria que tem sua raiz na injustiça institucionalizada num modelo de organização social que é contra a vida, que se manifesta na fome, no

<sup>20</sup> Fonte: [www.wwf.org.br/publicações](http://www.wwf.org.br/publicações) – relatório da Convenção sobre Diversidade Biológica. Acessado em outubro de 2003.

<sup>21</sup> Quando a visão sistêmica da vida for adotada pelos cientistas, pelos técnicos e pelos líderes políticos e empresariais, a biotecnologia será radicalmente diferente. Não partiria do desejo de controlar a natureza, mas de aprender com ela, de tê-la como mentora e não como mera fonte de matéria-prima. Em vez de tratar a teia da vida como uma mercadoria, iríamos respeitá-la como o próprio contexto em que se desenrola a nossa existência “(Capra, 2002, p.212).

desemprego e em todas as formas de discriminação de milhões de pessoas excluídas das condições básicas da vida. Através de ações solidárias, busca contribuir com a instauração de novas relações ecossociais onde a vida esteja no centro na sua integralidade, e a economia, a política, a tecnologia etc., estejam a seu serviço.

- Uma nova lógica de investimento no social, isto é, garantia de condições básicas que incluem o trabalho, a educação, a cultura, o cuidado com a saúde, o lazer, a vivência familiar e comunitária, o cultivo da dimensão espiritual..., como questões fundamentais para todas as pessoas.
- O direito humano à alimentação e à nutrição, como condição indispensável à qualidade de vida e possibilidade de expressão de cidadania. E, para tanto, é fundamental articular ações em torno da segurança alimentar nutricional sustentável com as redes de economia popular solidária e a luta por políticas públicas, entre outras.
- A contribuição para o fortalecimento dos movimentos populares e pastorais sociais, buscando cooperação com outros setores da sociedade que assumem a luta pela vida, a defesa dos direitos humanos individuais e coletivos, defendendo políticas públicas coerentes com a perspectiva da sociobiodiversidade.
- A defesa da sociobiodiversidade com uma reflexão criteriosa e crítica sobre as falácias e riscos da biotecnologia, da engenharia genética e da clonagem, combatendo o patenteamento<sup>22</sup> da vida e propondo uma alternativa ecológica

<sup>22</sup> A ecologista indiana Vandana Shiva combate radicalmente a “indústria do patenteamento”, chamando-a de biopirataria: “por meio das patentes e da engenharia genética, novas colônias estão sendo estabelecidas. A terra, as florestas, os rios, os oceanos e a atmosfera têm sido todos colonizados, depauperados e poluídos. O capital agora tem que procurar novas colônias a serem invadidas e exploradas, para dar continuidade a seu processo de acumulação. Essas novas colônias constituem os espaços internos dos corpos de mulheres, plantas e animais. Resistir à biopirataria é resistir à colonização final da própria vida... É a luta pela conservação da diversidade, tanto cultural quanto biológica” (Shiva, 2001, p.28)

de aprender com a natureza, de tê-la como mentora e conviver com ela numa relação de cuidado e de complementariedade, defendendo a diversidade cultural e biológica.

## 4.2 Mística e espiritualidade<sup>23</sup> ecumênica e libertadora

Mística é o que dá sentido, motivação, força e resistência para assumir o projeto de Deus com paixão. É a energia que impulsiona uma nova forma de viver, de se relacionar, de se organizar de maneira solidária. A mística cristã baseia-se no Deus encarnado, que consagrou a nós também como filhos e filhas do mesmo Pai. Ele está em nós. E, por isso, ao amar pessoas, estamos amando a Deus. O amor a Deus e ao próximo é um amor só, um movimento dialógico. Mas, com Jesus, nós, agentes da Cáritas, assumimos o Deus solidário com os excluídos e excluídas da sociedade e que, a partir deles, afirma o amor universal. Assim, tal como o “bom samaritano”, assumimos a missão de nos colocarmos junto aos “caídos”, aos empobrecidos pelo modelo excludente de sociedade. Inspirados/as na utopia do Reino, associamos a mística àquela força interior que nos abre para os/as outros/as, com uma ternura e compaixão especial pelos que sofrem a injustiça na carne. Ela está presente e nos anima no desenvolvimento das ações com os sujeitos da nossa ação, que são as pessoas, grupos, comunidades, pastorais e movimentos com quem atuamos.

A espiritualidade que alimenta e sustenta nossa mística tem sua fonte no próprio espírito que nos conduz (Jo 3, 1-15; 4, 21-26; 20,20-22; Ez 37; Rm 8). Tem sua fonte na centralidade do Reino de Deus, na fidelidade a esse Deus atuante na história. Inclui a prática ecumênica e o diálogo inter-religioso que resgata sempre a memória da utopia do Reino. O caráter libertador da espiritualidade, encarnada na vida, para ser verdadeiro, deve atingir a dimensão econômica, política, cultural, pedagógica, erótico-sexual, litúrgica e ecológica; e, também, deve provocar mudanças nas relações entre as

<sup>23</sup> Maior aprofundamento do tema encontra-se no texto *Mística e Espiritualidade* (2003), sistematizado por Ivo Poletto e divulgado durante o 2º Congresso Nacional da CB, realizado de 22 a 27 de setembro de 2003, em Belo Horizonte.

pessoas e o ambiente (natureza, cosmos) superando as dominações: de classe, de gênero, de etnia, de geração e ecológicas. A sagrada escritura fecunda, renova e fortalece as relações solidárias em nossa vida familiar e comunitária, nos animando para a luta por um mundo novo. É a dinâmica da libertação que se dá, ao mesmo tempo, no processo de emancipação pessoal e social (Mística..., 2003, p.29).

Eis algumas dimensões<sup>24</sup> importantes apontadas na sistematização da mística e espiritualidade vivida pelos/as agentes de Cáritas:

- 1) A solidariedade é expressão da caridade libertadora, encarnada, compassiva, que associa a ternura com a indignação frente às injustiças;
- 2) O discipulado, isto é, o seguimento de Jesus, assume o serviço aos irmãos e irmãs numa atitude de testemunho e gratuidade;
- 3) A profecia que vai às raízes assume o conflito dentro da Igreja e na sociedade, anunciando um novo projeto de vida;
- 4) Uma espiritualidade que tem um método: um ritmo cotidiano de oração fortalecido com a vivência da romaria, da peregrinação, da celebração e da meditação da Palavra, a exemplo de Maria;
- 5) Se expressa na alteridade que é abertura e acolhida do diferente, aprendendo e assimilando: ecumenismo, sociobiodiversidade, respeito e valorização às culturas, especialmente as excluídas na sociedade atual;
- 6) A esperança é a marca dessa espiritualidade alegre e criativa que valoriza a dança, a festa e celebra a ação de graças pela vida compartilhada;
- 7) Caracteriza-se também pela dimensão afetiva, na relação interpessoal de bem-querer;
- 8) A coerência ética é outra marca na busca, ser autêntica interação entre fé e vida, sendo coerente com o que ensinamos e vivemos;
- 9) É uma espiritualidade dos “pequenos”, da simplicidade, da valorização dos simples, do protagonismo dos pobres;
- 10) É construtora da paz, não violenta, de resistência, de reconciliação, mas também de “desobediência” diante de situações em que a vida é ferida.

Essas dimensões da espiritualidade são parte do nosso processo e atualizam a

<sup>24</sup> Sistematização do levantamento e partilha da vivência da Espiritualidade na CB feita pelos monges Celso Carpenedo e Marcos, por ocasião da 13ª Assembléia da CB, realizada em setembro de 2001, em Luziânia (GO).

nossa consagrada expressão “mística e metodologia da caridade ecumênica e libertadora”. A cruz da logomarca da Cáritas irradia para todos os cantos a Caridade que liberta. Da cruz da paixão, mas também da vitória sobre a morte, saem chamas de fogo que expressam o amor incondicional, promotor da Justiça e da Solidariedade libertadora, que se propaga aos quatro pontos cardeais do planeta e do cosmos.

A mística e a espiritualidade ecumênica e libertadora se constituem no cerne da identidade da Cáritas. Os/as agentes alimentam sua fé, de maneira especial, nas celebrações litúrgicas com as comunidades, em momentos celebrativos, em encontros e reuniões; avança também a leitura orante da palavra: rezam a vida iluminada pela Palavra; buscam inspiração para agir de acordo com a vontade de Deus. Por isso, é parte essencial da espiritualidade a vivência da caridade libertadora: sociotransformadora, contextualizada, integradora das diversas dimensões da vida, alegre, vivencial, vibrante, que mantenha o vigor e o compromisso, com atitude contemplativa, renovadora das práticas e inspiradora de novas, integrada à vida e à prática, ecumênica, vivência com os/as empobrecidos/as (Mística..., 2003, p.34).

### 4.3 Cultura de solidariedade

A solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento... Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado só poderão ser vencidos mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente. (*Sollicitudo Rei Socialis*, 39 e 40).

Acreditamos que a verdadeira transformação social passa pela mudança da cultura. Esta compreende o conjunto dos padrões de comportamento, crenças, instituições e valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente. A cultura caracteriza as sociedades bem como as práticas da vida cotidiana. Ela se manifesta através das relações sociais que mantemos nos diversos níveis da produção, na convivência com as pessoas, com a natureza. A cultura como construção social está presente em todas as dimensões da vida. Pouco adianta mudar estruturas externas sem mudar as estruturas culturais arraigadas nos corpos, mentes e corações. São padrões de vida historicamente



construídos que podem mudar, mas, em geral, de forma lenta, a partir de estímulos ou rupturas provocadas.

O Papa João Paulo II afirmou que a solidariedade é uma vocação do ser humano. As pessoas trazem dentro de si uma dupla e oposta tendência: o egoísmo e a solidariedade. Ambas, estimuladas pelo meio sociocultural e pelo processo educativo, podem ser mais ou menos desenvolvidas nas pessoas. A posição da biologia hoje nos possibilita compreender que o ser humano é, ao mesmo tempo, natureza (com elementos natos) e projeto (potencialidades a serem desenvolvidas). É um grande desafio cultivar valores solidários e viver coerentemente em um ambiente social consumista, de competição e exploração da vida, conseqüência de um “sistema nefasto”, imposto pelos países capitalistas que dominam o mundo. É preciso superar a cultura machista, de dominação, de dependência, individualista e consumista, e, assim, resgatar os valores genuínos que caracterizam a identidade cultural das pessoas e comunidades. Na prática, nossas cabeças e corações estão impregnados com a cultura de dominação, contra a qual precisamos lutar no dia-a-dia. Para enfrentar isso, precisamos fortalecer as práticas de solidariedade já existentes, apoiando experiências concretas. Não basta a compreensão. As mudanças da cultura passam pela prática.

A cultura da solidariedade baseia-se numa ética solidária onde é bom tudo o que nos ajuda a compartilhar os dons da natureza e os bens socialmente produzidos com vistas à realização de todas as pessoas.<sup>25</sup> Todos e todas somos co-responsáveis pelo cuidado com esses bens para que frutifiquem e beneficiem a todos/as em iguais condições. Isso exige a prática de novas relações em que o individual não sufoque o coletivo e ambas as dimensões se fortaleçam reciprocamente, de modo a potencializar um círculo virtuoso. Frente à pluralidade de opções da atual sociedade de consumo, nós, cristãos, nos inspiramos nos valores evangélicos para discernir os contra-valores dominantes, as atitudes, os comportamentos que nos desviam do caminho da justiça e da solidariedade. Para nós, a vivência da cultura de solidariedade constitui-se na mística da solidariedade. Uma estratégia da Cáritas é o trabalho em grupos para facilitar a luta contra comportamentos e práticas individualistas, na medida em que favorece

<sup>25</sup> Atualmente fala-se na solidariedade sincrônica, que diz respeito às gerações presentes, e na solidariedade diacrônica, que tem em vista o respeito às gerações futuras.

a entre-ajuda num processo permanente de reeducação. Nossa meta é atingir todas as dimensões da vida humana.

Para fortalecer essa nova cultura, dispomos de instrumentos como parte de um processo de promoção, dinamização, autogestão e re-criação da vida em tantas alternativas animadas pela Cáritas e assumidas por grupos socialmente excluídos ou em processo de exclusão. Nessa perspectiva, os projetos de solidariedade ligados à economia solidária, às políticas públicas e à formação de agentes animadores são fundamentais no processo de organização e educação do povo. Essas práticas e as redes de cooperação já constituídas não são um fim em si mesmo, embora tragam sempre resultados imediatos em termos de re-inserção social e ampliação da cidadania. Elas constituem, sobretudo, uma mediação educativa para a solidariedade, fortalecendo o protagonismo dos/as excluídos/as. Ampliando a cooperação com outros parceiros, podem consolidar uma cultura de paz e contribuir na “construção” de uma sociedade solidária e sustentável. Para garantir isso, faz-se necessário utilizar a comunicação nos seus diferentes meios para divulgar as iniciativas de solidariedade, de justiça e de paz. É o que reforça a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (sobre a preocupação social da Igreja – 39 e 40): “A solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo para o desenvolvimento... Os mecanismos perversos e as estruturas de pecado só poderão ser vencidas mediante a prática daquela solidariedade humana e cristã, a que a Igreja convida e que ela promove incansavelmente”.

O 2º Congresso Nacional da CB indicou, como estratégias, valorizar a cooperação interna e externa, os Fundos Nacional, Diocesanos e Regionais de Solidariedade, sistematizar experiências referenciais e inspiradoras, formar para a solidariedade por meio das experiências locais, radicalizar a democracia tendo as comunidades como “escolas” de formação e lutar pela democratização do acesso e uso da terra – reforma agrária, resgate das terras indígenas e quilombolas. Pautou também a importância de se garantir e preservar as instâncias ou espaços coletivos de discussão, organização e participação popular, trabalhando uma metodologia que envolva, promova e transforme. Somente assim será possível romper com a cultura de dependência e desenvolver uma solidariedade que não reproduza práticas imediatistas ou assistencialistas. Na nossa proposta, a solidariedade assume a perspectiva da universalização de direitos. Por isso, as ações assistenciais deverão estar sempre articuladas a um processo maior de luta pela justiça que garanta a

participação ativa dos sujeitos da nossa ação. Assim, a solidariedade estará potencializando uma organização autônoma e solidária para se alcançar a cidadania plena, contribuindo efetivamente para a transformação social.

A vivência da cultura de solidariedade tem conseqüências na nossa prática cotidiana. A experiência da gestão colegiada é um exemplo de coerência com a cultura de solidariedade, na medida em que instaura uma prática participativa, democrática e transparente, superando os estilos piramidais de organização.

#### 4.4 Relações igualitárias de gênero, raça, etnia e geração

A grande tarefa civilizacional, talvez a mais urgente nos dias atuais, consiste no resgate do princípio feminino. Chamo a atenção para o fato de que não falo de categoria feminino/masculino, mas de princípio feminino/masculino... Esse feminino representa o princípio de vida, de criatividade, de receptividade, de enternecimento, de interioridade e de espiritualidade no homem e na mulher. (Boff, 2002, p. 108).

Chamamos de relações de gênero à maneira como se constroem as relações entre pessoas do mesmo sexo e entre mulheres e homens, a partir da identidade masculina e feminina construída socialmente e não determinada pela diferença biológica entre os sexos. Entendemos que as relações de gênero não são estabelecidas pelo aspecto biológico, mas pelo contexto social, político, econômico, cultural e religioso. As relações de gênero são uma construção social e, portanto, têm a ver com uma ética que perpassa todas as relações. Como parte da cultura, incorporamos, desde o ventre materno, um padrão de relação, especialmente pelo processo de socialização no ambiente familiar, escolar e social. As distinções discriminadoras em relação às mulheres, seja por considerá-las inferiores, seja por considerar o homem mais capaz, constituem a base de uma cultura de dominação machista. Da mesma forma, os preconceitos e discriminações em relação à raça e etnia são desumanos e não cristãos.

Portanto, no âmbito das relações sociais mais amplas, queremos superar as dominações presentes nas questões de geração (infância, adolescência, fase adulta e velhice), raça e etnia (respeitando e valorizando as diferentes raças e culturas), e,

fundamentalmente, superar as dominações de classe social, contribuindo na consolidação de práticas que estabeleçam uma nova relação de co-responsabilidade e cooperação entre capital e trabalho.

A mudança desse padrão cultural exige a afirmação de um novo paradigma inspirado no projeto de Deus: relações igualitárias entre mulheres e homens, entre raças, etnias e diferentes gerações. Tais relações de respeito e valorização da diversidade são construídas e vividas no cotidiano, sem as quais não será possível alcançar um novo projeto de sociedade e desenvolvimento fundado na democracia, na justiça e na solidariedade.

A vivência de relações igualitárias constitui-se em testemunho evangélico baseado na mística do amor apaixonado de Jesus Cristo pelos homens e mulheres excluídos/as, independente de raça ou etnia, privilegiando os mais frágeis: as crianças, os órfãos, as viúvas, os anciãos e as culturas desprezadas (exemplo do Samaritano). Jesus quebrou todos os tabus da época estabelecendo relações igualitárias de gênero que foram vistas como escândalo em meio à cultura daquele contexto. O Evangelho exige, pois, reconstruir ou resgatar o olhar sobre a mulher na situação de opressão, como base de um projeto alternativo de sociedade. Não se trata de um apêndice da prática social assumida a partir de uma postura de pena; tampouco de entrar na onda dos falsos apelos do mercado capitalista que vê na mulher um potencial de força de trabalho a ser explorada.

Para a Cáritas, trabalhar as relações de gênero, raça, etnia e geração significa reconhecer, respeitar e valorizar as diferenças, assumindo a perspectiva da complementariedade solidária. Em relação ao gênero, a proposta é de resgatar o 'princípio feminino', como bem coloca Leonardo Boff (2000, p. 104-108): "O poder-dominância não desumanizou apenas os homens, mas também as mulheres. Os homens recalçaram sua dimensão de 'anima' e não permitiram que as mulheres realizassem sua dimensão de 'animus'. Em razão dessa errância, fica claro que a questão do masculino, nos dias de hoje, reside no feminino negado, reprimido ou não integrado. Para ser plenamente humano, o homem precisa reanimar nele o seu feminino e reeducar o seu masculino. Somente então podem ambos, homem e mulher, entreter relações civilizatórias, humanitárias e realizadoras do mistério humano feminino-masculino... A grande tarefa civilizacional, talvez a mais urgente nos dias atuais, consiste no resgate do princípio feminino."

## 4.5 Protagonismo dos excluídos e excluídas

*Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, devemos saber vê-lo, sobretudo, no rosto daqueles com quem ele mesmo se quis identificar. (Novo Millenio Ineunte: Carta Apostólica de João Paulo II, 1998, n. 49).*

Protagonista é a pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar num acontecimento. É o principal ator. A proposta metodológica da Cáritas, coerente com a “opção preferencial pelos pobres”, entende que os excluídos e excluídas devem estar em primeiro lugar. São os sujeitos prioritários da ação implementada através dos diferentes programas e projetos da Cáritas. Eles/as mesmos/as assumem o seu lugar de agentes da sua transformação e, em todas as práticas sociais, as pessoas são estimuladas a assumir o seu processo de luta pelos seus direitos.

A perspectiva do protagonismo dos/as excluídos/as caracteriza-se por uma construção da compreensão da realidade a “partir de baixo”, das pessoas rejeitadas, dominadas e/ou exploradas socialmente. Para Jesus, os/as excluídos/as da época são “a pedra rejeitada que tornou-se a pedra angular”. Descartados pelo mercado capitalista, tornam-se referência ética, lugar de gestão de novas relações de vida solidária. E é por isso que eles estão no centro da história. Como resultado da injustiça social, trazem, no seu interior, um potencial transformador. O objetivo é alcançar a autonomia e soberania popular, resgatando, revitalizando o trabalho de base, favorecendo seu envolvimento na organização e participação na luta como agentes da própria transformação.

Para isso é indispensável o uso de metodologias participativas e emancipatórias que já foram denominadas de libertadoras. Cada ser humano tem a responsabilidade, sem que ninguém o substitua, de assumir a construção da sua cidadania. Esta não se dá num passe de mágica, como uma dádiva, e nem é algo que alguém constrói sozinho. Ela é uma conquista gradativa através de mediações coletivas. O espaço dessa construção constitui-se das mais diversas práticas sociais: relações do cotidiano, grupos de base, mobilizações, lutas reivindicatórias, alternativas de geração de renda, conselhos e fóruns que lutam por políticas sociais públicas, etc. Como organismo mediador, a Cáritas trabalha a consciência e a organização. Para isso, busca um método claro reconhecendo práticas equivocadas: o *basismo espontaneísta* (que espera as coisas

acontecerem por si), o *vanguardismo* (que acredita nas mudanças a partir da cabeça das elites), ou, ainda, o *messianismo* (que deposita toda a chance de mudança no poder da oração ou na força de uma única liderança, esquecendo a participação da pessoa). A Cáritas assume uma postura subsidiária. Cria espaços/oportunidades e participa da animação de processos de formação que contribuem efetivamente para a conquista da cidadania solidária.

Cabe aos agentes potencializar processos criativos de formação dentro das práticas sociais com uma postura pedagógica estimuladora de participação. Eis alguns passos que nos inspiram:

- Partir dos excluídos e excluídas, das suas necessidades, contribuindo para que eles próprios conquistem sua cidadania;
- Estimular permanentemente a união e o processo de organização;
- Gerar a autoconfiança, a valorização própria enquanto pessoas, categorias e classe, ajudando a superar a mentalidade baseada na hierarquia, no autoritarismo e no individualismo;
- Propiciar uma formação humana, favorecendo o assumir de uma consciência crítica que anime as pessoas a se tornarem agentes de sua própria libertação pessoal e coletiva. Para isso repassa informações, esclarece fatos, provoca o questionamento da realidade apresentada, promove discussões sobre temas atuais de interesse para os grupos;
- Estimular a construção de relações de igualdade e democracia, além de criar formas que viabilizem o exercício da solidariedade;
- Articular a prática com outras organizações e forças sociais de resistência que lutam pela priorização das questões sociais nos planos de governo em vista da conquista de políticas sociais públicas. Hoje, coloca-se a perspectiva de *rede*;
- Valorizar a dimensão simbólica para estimular e reforçar a mística e cultivar a esperança na construção de um novo projeto societário;

- Incentivar a celebração das conquistas populares e fazer a memória das mais antigas, destacando a possibilidade da transformação da história;
- Socializar e favorecer a geração e a apropriação de instrumentos para a atuação autônoma, ensinando técnicas e repassando instrumentos adequados ao nível de aprendizagem alcançado pelos grupos e/ou pessoas, tendo em vista o seu avanço nas ações mobilizadoras e no estabelecimento de parcerias.

## 4.6 Projeto alternativo de sociedade solidária e sustentável

*O capitalismo neoliberal (“acordo de Washington”) criou uma economia criminosa que põe em risco e destrói inúmeras comunidades locais e países inteiros. Mas a forma atual de globalização econômica foi projetada conscientemente e pode ser modificada. Por trás de todas as avaliações está o princípio básico do capitalismo: ganhar dinheiro vale mais do que a democracia, os direitos humanos, a proteção ambiental ou qualquer outro valor. Virar o jogo implica, antes de mais nada, mudar esse princípio básico. (Capra, 2002, p.221).*

Sofremos o crescente desastre do capitalismo neoliberal que descarta dois terços da humanidade e que, apesar disso, pretende se impor ideologicamente como sistema único. Os extraordinários avanços no campo técnico-científico e econômico deram-se absurdamente às custas de um crescente número de seres humanos que sobrevivem na miséria, em condições inaceitáveis. A esse quadro nacional preocupante, soma-se a estrutura do modelo hegemônico que, hoje, domina os quatro continentes subjugados a um mercado financeiro que impõe as regras à economia e à vida de todos os povos.

O Ensino Social da Igreja propõe princípios que se contrapõem às afirmações e concepções que dão base ao sistema de livre mercado capitalista. Ninguém tem o direito de apropriar-se de coisas – terra, bens culturais, técnica... – e muito menos de vidas humanas. Somos administradores subordinados ao “princípio da destinação universal dos bens”. Sobre toda a propriedade pesa uma hipoteca social, isto é, nenhuma propriedade se justifica enquanto houver algum direito social elementar não realizado.

Inspirada nos princípios do Ensino Social da Igreja, a Cáritas participa da mobilização social que propõe uma inversão de prioridades para erradicar definitivamente a fome e a miséria em nosso país (cf. CNBB, 2002, n. 41). Para nós, o critério e princípio ético fundamental são o projeto do Reino, cujo centro se coloca na vida, hoje na compreensão da sociobiodiversidade.

Já faz algum tempo que trabalhamos com a idéia de construção de um projeto alternativo de sociedade. Entendemos que é hora de sua consolidação, não mais de forma paralela e oposta ao existente. Por isso, propomos a construção de um novo projeto societário (para o conjunto da sociedade civil, do Estado e do mercado). Contudo, essa transformação macro não se viabiliza se não consolidarmos sociedades solidárias e sustentáveis no nível local. A globalização solidária passa pela autogestão de processos locais, das comunidades, de grupos humanos que se constituem com sua cultura, espiritualidade e formas de se relacionar com o meio. “A natureza sustenta a vida criando e nutrindo as comunidades. Nenhum organismo sobrevive isolado... A sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas uma propriedade de uma rede inteira de relações. Trata-se de um processo dinâmico de evolução conjunta. Ela sempre envolve toda a comunidade. Esta é uma lição profunda que precisamos aprender da natureza: a sustentabilidade ecológica e a justiça econômica são interdependentes” (Capra, 2003).

Numa época de rápidas e profundas transformações, especialmente na área da informação, a Cáritas, em conjunto com outras forças sociais, assume com esperança o desafio de reverter a lógica da exclusão, tendo em vista consolidar gradativamente um modelo alternativo de sociedade. Acreditamos que é possível desenvolver a sensibilidade solidária no sentido de valorizar a tecnologia para que esta possa estar a serviço de uma organização solidária de sociedade ao invés de servir para continuar destruindo a vida em nosso planeta. Ou mudamos nossa relação dominadora da natureza para uma convivência de interação solidária, ou estaremos negando a condição humana e nos autodestruiremos. Para nós, é fundamental integrar a dimensão ecológica nas relações de vida. Projetos alternativos urbanos ou rurais devem assumir a perspectiva do respeito e do cuidado com a natureza, pois somos parte dela e por isso buscamos a sustentabilidade humana, ambiental, social, econômica e política (Bertucci e Silva, 2003).

A grande meta da humanização do nosso planeta passa pela formação de laços sociais de solidariedade, onde o significado da cidadania vai do grau mínimo de satisfação



das necessidades básicas – condição para a participação cidadã – até a realização completa dos humanos-seres-solidários. Acreditamos ser esse o caminho para chegarmos à verdadeira democracia que exige a superação de todas as formas de discriminação e dominação: de classe, de raça, etnia, de gênero e geração. E a Cáritas se coloca nesse processo permanente de construção coletiva da cidadania solidária, concretizando, passo a passo, em parceria com outras organizações, os referenciais de um modelo alternativo de sociedade.

Para avançar na direção de uma sociedade solidária e sustentável, Fritjof Capra faz uma reflexão sobre o sentido das grandes mobilizações mundiais no contexto do fortalecimento de uma sociedade civil global, que se caracteriza por novas relações sociais e consolidação de redes. Ele identifica três conjuntos que parecem ser os focos dos atuais movimentos populares: “o primeiro é o desafio de remodelar as instituições e as regras da globalização; o segundo é a oposição aos alimentos transgênicos e a promoção da agricultura sustentável; e, o terceiro é o projeto ecológico, um esforço conjunto de redefinição das nossas estruturas físicas, cidades, tecnologias e indústrias de modo a torná-las ecologicamente sustentáveis” (Capra, 2002, p.231). A Cáritas defende o conhecimento, a tecnologia social e ambientalmente adequada a serviço de todos/as.

A implementação de direitos universais passa pela luta por políticas sociais públicas que constituem o elemento estratégico na construção de um projeto alternativo de sociedade. As políticas sociais públicas são o resultado da ação do governo que, em certos casos, pode ter a execução compartilhada com a sociedade civil, sendo a responsabilidade pela universalização de direitos, sempre e em primeiro lugar, do Estado.

Nesse sentido, a Cáritas quer contribuir para o fortalecimento da participação da sociedade civil, ampliando o protagonismo do povo excluído. Isso exige a qualificação das organizações populares na ocupação de espaços de proposição de políticas, como: conselhos, fóruns, orçamento participativo e tantos outros conquistados pelos movimentos sociais, além de continuar lutando em favor de outras formas de controle social. Especialmente nesse campo, a ação se realiza, em geral, através da cooperação ou parceria com organizações não-governamentais ou governamentais, movimentos, igrejas. E, para isso, a Cáritas se orienta através de alguns princípios/critérios, entre os quais destacamos:

- a) a autonomia, o respeito à identidade e missão;

b) a metodologia participativa, rompendo com a cultura de dependência;

c) objetivos comuns: promoção da vida solidária, com protagonismo dos/as excluídos/as, em vista da transformação social; cooperação co-responsável no processo (planejamento, execução, acompanhamento e avaliação);

d) transparência na gestão.

A perspectiva de construção de um novo projeto societário orienta as ações locais, e, desta forma, a Cáritas poderá qualificar a sua contribuição no processo de transformação a partir do seu lugar enquanto organismo de Igreja. Daí a nossa opção pela paz, cuja condição é também garantir o acesso, em igualdade de condições, a todos os bens socialmente produzidos.

O 2º Congresso da CB indicou igualmente alguns princípios e estratégias que deverão nortear a forma de intervenção dos/as agentes de Cáritas:

a) Buscar uma atuação integrada e articulada com as demais pastorais sociais, sem perder a identidade, somando forças no empreendimento de atividades e projetos com um eixo comum e que se constituam práticas de superação do caráter fragmentado das políticas sociais neoliberais.

b) Preparar as pessoas para uma intervenção qualificada e transformadora na realidade econômica, social, política e religiosa.

c) Assumir as problemáticas e lutas regionais (questão da Amazônia, semi-árido, etc.) como questões estruturantes do processo de transformação.

d) Fortalecer alternativas de auto-sustentação e avançar numa prática de organização e gestão coerente com os princípios orientadores do novo projeto societário.



## 5. Formação na Cáritas Brasileira

Num sentido amplo, a formação<sup>26</sup> é constituída por toda a prática social que se refere ao conjunto da vida, à totalidade das relações humanas. O processo formativo é uma tarefa permanente. Deve acontecer sempre de forma integrada com o engajamento social, numa dinâmica de ação-reflexão-ação. Convém expressar o que estamos entendendo por “formação” para evitar ambigüidades e superar a carga histórica que as expressões podem carregar.

Formação é uma palavra que vem do latim (*formatione*) e quer dizer: ato, efeito ou modo de formar; maneira por que se constitui uma mentalidade, um caráter ou um conhecimento. Portanto, formação pode ser entendida como ação pela qual alguém se prepara (continuamente) para ser e viver o mais plenamente possível, como cidadão/ã participante de uma organização social que dê condições para uma convivência baseada em relações de justiça e solidariedade com as pessoas e toda a natureza. Trata-se, pois, da formação humana integral, que traz no bojo uma visão de ser humano e de sociedade.

### 5.1 Formação de agentes para a missão

Nos espaços de ação da Cáritas, utilizamos o termo educação no contexto da “caridade libertadora”, isto é, da educação popular. Cresceu a postura crítica em relação a uma formação estática, não criativa e de mero repasse de conteúdos

<sup>26</sup> Toda atividade, todo ato de comunicação, toda relação humana implica um aprendizado. (Lévy, 1998, p. 27).

prontos, isto é, ao que Paulo Freire<sup>27</sup> denomina de “educação bancária” ou “dominadora”. *Formação, educação e capacitação* são de uso corrente e, por vezes, como sinônimos nos espaços da Cáritas. Compreendem significados como: preparar, estimular o desenvolvimento de capacidades dos/as agentes para a animação de processos coletivos construtores de solidariedade e cidadania. Num sentido amplo, “educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não” (Libâneo, 2002, p.81). Em outras palavras, a formação inclui o aprendizado que acontece desde as práticas sociais até os espaços formais, como cursos, seminários, encontros, etc.

A formação para a Cáritas, portanto, abrange todas as práticas geradoras de uma nova postura e de uma nova prática, isto é, de desenvolvimento pessoal que produza uma interação mais crítica e criativa com outros agentes atuantes na realidade social. Ela pode incluir a revisão, o aprofundamento, a atualização, a ampliação e o reforço de conteúdos teóricos, operativos e religiosos, a fim de preparar as pessoas para melhor responderem aos desafios atuais.

A Cáritas quer promover uma formação humana integral, intimamente relacionada com uma formação específica. Uma formação que fortaleça a mística e a dimensão metodológica, desenvolva a capacidade de assumir uma postura cidadã crítica, criativa, autônoma e co-responsável, capaz de criar e/ou fortalecer processos solidários.

Nessa perspectiva, o objetivo é fortalecer a interação entre ação-reflexão (prática-teoria) onde o saber-fazer é, ao mesmo tempo, mediador do avanço no conhecimento que resulta em mudança no ser. Articula a postura de uma relação solidária e democrática com a vivência da mística no cumprimento da missão da Cáritas. O resultado da formação estimulará a capacidade criativa para compreender e encaminhar processos construtores de saberes e desenvolverá o pensamento abstrato-teórico, a capacidade de planejamento, o exercício da criatividade, a capacidade de comunicação e de trabalho em equipe, além da habilidade para saber buscar, documentar, comparar, classificar, generalizar, aplicar e criticar informações, e, ainda, levará as pessoas a se

<sup>27</sup> Paulo Freire propõe uma relação dialógica de troca de saberes que se dá através da reflexão e da ação. O diálogo, como relação horizontal, gera a consciência crítica, “nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança” (Freire, 1976, p. 107).

sintonizarem constantemente com os “sinais dos tempos” para responderem aos desafios da atual crise civilizacional.

A formação na compreensão da Cáritas, portanto, deve contribuir efetivamente com a instauração de novas relações de solidariedade capazes de criar novas práticas fortalecedoras de um novo projeto societário. Os processos democráticos, embora sejam indispensáveis para o desenvolvimento da pessoa como um todo e de todas as pessoas, historicamente já provaram ser insuficientes para assegurar amplamente a cidadania plena. A formação, enquanto mediação de uma nova cultura política, necessita ser desenvolvida de forma concomitante à democratização para que possamos alcançar a emancipação humana e social, superando toda e qualquer forma de dominação e exploração. Isso implica mudar a cultura.

## 5.2 O desenvolvimento do processo de formação na Cáritas

Historicamente, houve, no campo religioso, sobretudo das CEBs e pastorais sociais, uma supervalorização da dimensão militante em detrimento do aprofundamento teórico. Criou-se uma dicotomia, uma oposição como se fossem dimensões contraditórias. Na sociedade em geral, a influência do tecnicismo imposto por um modelo econômico desenvolvimentista, que dominou também o sistema escolar, direcionou o ensino para um utilitarismo da coisa prática. A ordem era preparar as pessoas tecnicamente para o exercício de uma profissão. Dominar a técnica era garantia de um bom emprego. Nesse contexto, as ciências sociais e humanas passaram a ser consideradas inúteis. O que não era útil, isto é, o que não dava lucro para o sistema produtivo – como a música, a estética, a arte, a filosofia, a sociologia, a história, a mística e a espiritualidade etc. – era desestimulado. Para obter um lugar no mercado de trabalho, bastava aprender técnicas no sentido de saber-fazer.

Nessa lógica fortaleceu-se uma oposição entre saber acadêmico e saber popular. Aliás, entre os militantes populares, muitas vezes, o saber acadêmico era visto com desconfiança (cf. Adams, 2001), como oposição aos interesses das classes populares. O que valia, era a prática. Mas uma prática colocada em oposição à teoria. E essa oposição, que influenciou a ação de muitos agentes de pastoral da Igreja, ainda não está superada. A rejeição do saber acadêmico, bem como a oposição entre militância

e competência,<sup>28</sup> ainda está em processo de superação nas pastorais sociais da Igreja e na Cáritas.

A partir dos anos 1970, constata-se na Cáritas uma crescente preocupação com a formação para qualificar os diversos tipos de práticas sociais. Profissionais das áreas do serviço social, sociologia, filosofia, teologia, direito, pedagogia e outras passaram a integrar equipes de Secretariados Regionais e de algumas Cáritas Diocesanas.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelas Escolas de Agentes de Cáritas, cursos e encontros de formação. Analisando seus conteúdos,<sup>29</sup> nota-se uma clara preocupação e ênfase na dimensão da militância. Contudo, no pano de fundo estava sempre a perspectiva de uma formação humana integral, não se perdendo de vista também a preocupação pela competência técnica dos/as agentes no sentido de aprimorar sua metodologia de trabalho social.

Reverendo documentos da época, encontramos a ênfase em conteúdos como: 1) análise histórica da sociedade brasileira no contexto mundial, enfocando causas dos processos de exclusão social a partir dos ângulos econômico, político, social, cultural e religioso-ecclesial; 2) a iluminação bíblica sobre essa realidade: visão de pessoa, projeto de sociedade a partir da prática, mística e espiritualidade de Jesus Cristo; orientações éticas e políticas nos documentos sociais da Igreja; 3) a questão metodológica: critérios, métodos para um trabalho social com pedagogia participativa, democrática, emancipadora em vista da construção de novas relações sociais.

A partir de 1990, um programa de formação da Cáritas Brasileira indicou algumas diretrizes básicas tendo em vista dar maior unidade ao projeto no País. Foram propostos seis temas: 1) realidade brasileira e conjuntura nacional; 2) o Pensamento Social Cristão e a missão da Igreja frente à realidade social; 3) metodologia de ação para o trabalho de pastoral social (instrumentos e técnicas para o trabalho); 4) a mística do agente da Cáritas; 5) pastoral e ação política (movimentos sociais, etc.); 6) avaliação e

<sup>28</sup> Competência é a qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa; capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade, isto é, que tem condições para desempenhar certos cargos, ou realizar certas coisas (Novo Dicionário do Aurélio, p. 440).

<sup>29</sup> Os cursos, em geral, seguiam a metodologia da Ação Católica Operária: ver–julgar–agir, que visava sempre levar para o engajamento comunitário, social e político. Os vetores básicos dessa pedagogia são a relação indissociável entre a ação e a reflexão. A ênfase se dava sempre na “alimentação” da militância comprometida com a transformação social (cf. Adams 2001).

planejamento do compromisso social à luz da fé. A parte mais técnica e organizacional e toda a perspectiva da reflexão sobre a prática ficavam ao encargo das regiões. O programa nacional tinha como objetivo “sistematizar e dar unidade ao processo de formação em nível nacional, propiciando a fundamentação bíblico-teológico-pastoral e conhecimentos sócio-político-econômicos e culturais, numa prática articulada à construção de uma sociedade justa e fraterna”.

Na linha da formação profissional, a proposta enfatizava, com quatro objetivos específicos, a formação do militante (mística) e, com três, a formação metodológica (dimensão técnico-profissional). Um objetivo específico era “aperfeiçoar os serviços prestados pela Cáritas vinculando-os ao processo de formação”, indicando a preocupação da formação para a cidadania, a partir da prática, com maior capacidade organizativa.

Durante os anos de 1995 a 1997, outras temáticas passaram a ser enfatizadas no processo de formação nos Secretariados Regionais, buscando atualizar a metodologia de trabalho com os/as excluídos/as em situações de emergência natural ou social. A compreensão da situação de desigualdade social, que a partir de Medellín (Teologia da Libertação) foi de empobrecido/a (o pobre não é pobre por acaso, mas empobrecido), passou a utilizar o termo excluído/a, enquanto processo resultante de exclusões causadas pelo modelo de exploração capitalista.

Alguns Secretariados Regionais e o Secretariado Nacional, após os momentos de formação, sistematizavam as reflexões em textos educativos (cadernos ou cartilhas) à disposição dos/as agentes para continuarem o processo de reflexão a partir da prática. Nota-se, nos últimos anos, uma clara busca de integração entre o compromisso político, a mística e a metodologia libertadora. Nesse aspecto, sente-se até hoje uma salutar tensão entre a ação pastoral com competência profissional e o aprofundamento da reflexão. Isso se verifica na preocupação exagerada para que os conteúdos dos momentos de formação tratem de assuntos diretamente úteis para o trabalho do dia-a-dia, o que muitas vezes tem levado a fortalecer o ativismo dos/as agentes, em detrimento da sua capacidade de compreensão dos processos em andamento.

Nesse sentido, continua o desafio da compreensão da formação que inclui um projeto político (compreensão de ser humano e de sociedade) e uma metodologia participativa e emancipadora em vista da transformação social. Hoje, temos clareza de que formação inclui também a motivação e a compreensão da necessidade de cada qual se cultivar individual e coletivamente. Formação inclui as relações de

companheirismo, de escuta, de diálogo fraterno e exercício da vivência solidária nos espaços da família, da comunidade, do trabalho pastoral e/ou profissional.

### 5.3 Perfil e identidade do/a agente de Cáritas

À competência técnica necessária, é preciso juntar sinais autênticos de amor desinteressado. (*Populorum Progressio*, 1967, n. 72).

Podemos afirmar que a Cáritas é o resultado da dedicação e luta do conjunto dos/as seus agentes. Cabe a eles/as responderem às demandas da questão social: a) organizando e apoiando setores populares e categorias sociais em situação de exclusão; b) promovendo e participando de mobilizações sociais por um mundo justo e solidário; c) propiciando a troca de saberes; d) provocando relações solidárias e mudança do *habitus*;<sup>30</sup> e) conquistando e/ou ampliando a cidadania para assegurar o acesso aos direitos sociais; f) propondo e exercendo o controle social de políticas públicas; g) e desenvolvendo programas, projetos sociais de inclusão e promoção social, de enfrentamento à situação de pobreza e de vulnerabilidade social.

Os/as agentes são uma força potencializadora<sup>31</sup> no processo de formação como agentes animadores/as. São trabalhadores/as sociais que se constituem em artesãos/ãs dentro da dinâmica social da teia de relações. A eles/as cabe a tarefa de garantir que as práticas sociais não fiquem isoladas, mas tenham no seu horizonte a perspectiva das lutas e movimentos sociais construtores da cidadania e da justiça social. Lutas corporativistas podem até trazer conquistas momentâneas, mas perdem a referência do processo mais amplo na perspectiva da transformação social. Cabe a esses/as educadores/as populares contribuir efetivamente na leitura das transformações da

<sup>30</sup> Pierre Bourdieu consagrou o termo *habitus* como sendo nossa experiência de vida incorporada ao nosso ser que gerou em nós determinada cultura, forma de pensar, de nos comportarmos, de agirmos em nosso cotidiano.

<sup>31</sup> Potencialização invoca e mobiliza as qualidades humanas e as valoriza. A potência é o bem que se encontra do lado do ser e, mais ainda, do lado da capacidade do ser. Potencializar pode assumir um significado de mobilizar a força, a capacidade que está dentro de cada um, e que pode multiplicar-se e desabrochar em maior grau nos processos coletivos, nas práticas sociais. Seu resultado é a criatividade.



sociedade com horizonte ético e político, isto é, com a busca do sentido e da direção para a vida humana em sociedade. Seu potencial mobilizador alimenta-se na indignação/ utopia, na espiritualidade e na mística inspiradas no Reino de Deus.

A concepção que busca atualizar a metodologia da educação popular corresponde à dimensão profissional do/a agente valorizando instrumentos técnicos a serviço do coletivo, como a informática e a comunicação, assumindo uma postura e atitude aberta ao diálogo, para o aprendizado permanente a partir dos diferentes saberes existentes. A valorização de outras dimensões técnicas relacionadas a outros campos da ciência é uma decorrência da necessidade inerente ao avanço das práticas sociais. Além da qualidade metodológica, valorizam-se, de maneira crescente, outras técnicas, integrando diversos saberes a serviço de projetos de desenvolvimento social. Por exemplo, nos projetos de geração de renda, os participantes foram reconhecendo a importância da técnica, da capacidade gerencial e administrativa. Nos empreendimentos produtivos, exige-se a preparação adequada para garantir a viabilidade econômica através de processos de autogestão como instrumento de construção de laços sociais. Trata-se de fazer a mediação entre as práticas, os saberes, o projeto de sociedade e a utopia.

O perfil e a identidade do/a agente de Cáritas pode ser resumido pela articulação do trinômio: a) vivência da mística e da espiritualidade libertadora; b) compromisso ético-político com a instauração de um novo projeto societário; c) prática coerente com uma metodologia participativa.

De acordo com esse perfil, em síntese, os/as agentes de Cáritas:

- São pessoas e equipes voltadas para a prática em favor dos/as excluídos/as, porque esta é a missão da Cáritas. Mas não é qualquer prática; não é ativismo.
- São pessoas ágeis, que correm muito, especialmente frente às emergências ou conflitos e outras demandas que não deixam cair na acomodação.
- É gente que trabalha em mutirão, em equipes onde todos/as pegam juntos/as, se apóiam nas dificuldades do dia-a-dia, convivem solidariamente, buscando a unidade, mas respeitando e valorizando as diferenças, desafiados para a vivência de relações de igualdade, diálogo e bem-querer.

- Os/as agentes da Cáritas agem movidos/as pela fé (Tiago 2, 14-26). São agentes de pastoral que agem com competência e mística, que se apóiam em saberes científicos e deixam guiar-se pelo espírito.
- É gente que trabalha e também anima com metodologia libertadora (ou emancipadora). Para os/as agentes da Cáritas as pessoas empobrecidas, seja qual for o grau de exclusão, não são objetos de uma ação social, mas, sim, sujeitos portadores de direitos com potencial para serem protagonistas. O/a agente vai ao encontro deles buscando despertar-lhes a auto-estima, a auto-confiança e a criatividade para torná-los sujeitos solidários.
- São pessoas que têm, na raiz da ação, a compaixão: sentem o que a outra pessoa sente, sofrem com ela e partilham a luta pela vida de qualidade a partir das possibilidades que existem. E isso pelo valor que a vida tem e não por outra coisa.
- O espírito dos/as agentes é marcado pela prática de Jesus, pelo seu modo de agir junto ao povo, especialmente o mais empobrecido. O Jesus histórico é referência metodológica: ia ao encontro, despertava a humanidade espezinhada, recriava condições para despertar a existência com liberdade, acreditava nas pessoas e despertava sua fé, desafiava-as a assumirem sua condição de seres humanos solidários, multiplicadores do projeto de vida plena.
- Os/as agentes alimentam sua fé, de maneira especial, nas celebrações litúrgicas com as comunidades, nos momentos celebrativos, em encontros e reuniões; avançam também a leitura orante da palavra: rezam a vida iluminada pela Palavra; buscam inspiração para agir de acordo com a vontade de Deus; vivem uma espiritualidade que sustenta uma prática sociotransformadora, contextualizada, integradora das diversas dimensões da vida, que é alegre, vivencial, vibrante, fortalecedora do vigor e do compromisso, mas, também, é atitude contemplativa, renovadora de práticas já existentes e inspiradora de novas. Essa espiritualidade está integrada à vivência solidária com os/as empobrecidos/as.

- Os/as agentes da Cáritas assumem uma postura ecumênica, aberta para a convivência com outras culturas e fontes religiosas, acolhendo valores e crenças que contribuam para a dedicação da vida pela libertação dos/as empobrecidos/as. Inspirações importantes integradas na espiritualidade dos/as agentes vêm, por exemplo, dos povos indígenas que testemunham uma profunda relação de respeito e convivência com a Mãe Natureza, bem como a prática comunitária.
- São pessoas proféticas comprometidas e engajadas na mudança da cultura de dominação e das estruturas da sociedade. E assumem com paixão, alegria, vibração e teimosia essa missão, buscando força na mística para enfrentar os revezes e dificuldades de toda ordem.
- Os/as agentes da Cáritas assumem uma postura de acolhida, de escuta, de diálogo, de coerência entre o que são e o que falam. Eles buscam uma permanente formação para se colocarem de forma mais atualizada no mundo em que vivemos.
- Os/as agentes da Cáritas são leigos e leigas com a missão de anunciar animados/as pelo Espírito, com liberdade e autonomia, sem limites na inserção na militância, pois é uma missão dada por Deus.
- São uma força potencializadora como agentes animadores de processos de organização e mobilização, na perspectiva de conquistar a cidadania e articular forças para avançar no processo de transformação social.

## 5.4 Objetivos e conteúdos básicos da formação na Cáritas

A realidade é uma complexa teia de relações condicionada pelas bases materiais das relações de produção ampliadas da vida. O conhecimento é sempre parcial. Quanto mais fragmentado ou pontual for o olhar, mais limitada e isolada será a compreensão e a prática. A visão fragmentada pode levar os/as agentes a um ativismo de querer dar

respostas imediatas aos problemas que aparecem, tornando-se meros “apagadores de incêndio”. Reduzir a metodologia a procedimentos para resolver situações pontuais, sem fazer a relação com a realidade maior, é sinal de uma visão de mundo equivocada. E, neste caso, apesar da boa vontade, as ações tornam-se um assistencialismo que não contribuirá para a transformação.

A formação permanente da Cáritas visa ampliar e fortalecer uma compreensão relacional dos/as agentes em função de qualificar os processos sociais do trabalho de base a partir dos conteúdos expressos nos eixos estruturadores da ação. Para isso, é importante que o processo de formação ajude a:

- Preparar agentes apaixonados/as, vibrantes, alegres, proféticos/as e comprometidos/as com a construção de um novo projeto de sociedade onde “todos/as tenham vida em abundância”, vivenciando uma mística que dê suporte para enfrentar os conflitos (de acordo com o perfil indicado).
- Estabelecer a interligação entre os fatos, compreender a relação entre os diferentes interesses presentes, os projetos, seus defensores, enfim, as forças sociais em jogo. Trata-se de compreender as contradições e possibilidades da realidade local relacionada ao contexto global.
- Entender que, se os sujeitos prioritários são grupos das populações excluídas, então o conteúdo da formação deve incluir a reflexão sobre a prática e aprofundamento teórico para ajudar os/a agentes a serem competentes na metodologia da pastoral popular.
- Reforçar as formas concretas de ações solidárias que sejam cada vez mais sinais visíveis de uma nova proposta social em construção. A metodologia do nosso trabalho com os excluídos e excluídas deve atender, de forma organizada, as pessoas em situação de emergência através do socorro imediato, iluminando-as pela palavra e restaurando-as pelo trabalho. E isso sempre na perspectiva da organização e da luta pela superação dos mecanismos geradores de miséria e, em seu lugar, construir estruturas solidárias onde, de fato, a vida esteja em primeiro lugar.

- Contribuir com elementos que ajudem as pessoas a expressar, refletir, criticar, reconstruir e assumir, em conjunto, as suas próprias maneiras de pensar a realidade. Assim os/as agentes tornar-se-ão “parteiros/as que ajudam a dar à luz o verdadeiro eu do oprimido, expulsando de sua consciência o opressor carcereiro” (Waldemar Boff citado por Adams e Silva, 2002).
- Praticar e animar um processo participativo e democrático, onde os envolvidos pensam, decidem e planejam sobre os seus objetivos, suas prioridades e formas de organização, vivenciando práticas de cooperação.
- Cultivar espaços de relações de igualdade, solidariedade e partilha da vida, em todas as dimensões. Assim, nossos irmãos e irmãs podem expressar suas capacidades, motivações, habilidades, seus carismas e interesses, com criatividade e valorização da diversidade cultural. Para isso é preciso enfrentar a cultura de dominação e dependência e em seu lugar vivenciar uma cultura de solidariedade.
- Criar as condições para um diálogo fraterno onde as pessoas possam ser ouvidas e sentir-se amadas, resgatando a confiança em si mesmas. A auto-estima é fundamental para que os excluídos e excluídas possam assumir seus pensamentos, sentimentos e projetos. A “pedagogia do oprimido” passa pela pele através do toque, do gesto, do olhar. É uma pedagogia que, a partir do corpo, atinge a totalidade do ser. Para quem está gravemente enfermo e ferido na sua dignidade, o único gesto compreensível é a partilha do alimento que salva, do abraço que acolhe, da mão que recolhe a lágrima, da palavra que consola!...
- Provocar as pessoas a assumirem os problemas comuns conjuntamente, evitando que cada indivíduo se feche nas preocupações da vida privada. Os empobrecidos são portadores de força histórica que pode ser despertada a partir da organização em torno das necessidades imediatas. Mas não basta saberem que são pobres. Eles precisam descobrir porque estão nessa situação, relacionando causas e conseqüências.

- Desenvolver e/ou reforçar o exercício da cidadania por meio da participação na definição de políticas e gestão da “*coisa pública*”, através dos trabalhos comunitários que recriam as condições de vida numa perspectiva global, e a participação de seus representantes em espaços de luta já conquistados.
- Redescobrir, com alegria, os fundamentos da esperança comum, as forças divinas que mantêm as pessoas na prática do amor solidário, reanimando, celebrando e aprofundando a espiritualidade e renovando a mística da ação.

## 5.5 Metodologia participativa e emancipadora

A luta contra a miséria e a fome tem dupla dimensão: a emergencial e a estrutural. A articulação entre as duas dimensões é complexa e cheia de astúcias. Atuar no emergencial sem considerar o estrutural é contribuir para perpetuar a miséria. Propor o estrutural sem atuar no emergencial é praticar o cinismo de curto prazo em nome da filantropia de longo prazo. (Betinho, 1995, citado por Adams e Silva, 2003).

A trajetória da Cáritas Brasileira teve passos marcantes na afirmação de sua opção metodológica que, até então, designamos: “Mística e metodologia da caridade libertadora”. Com a assessoria do Pe. José Pegoraro, a Cáritas Brasileira concluiu um documento sobre o tema, após longa reflexão, em 1990. Nele está explicitada sua opção pelo modelo referencial da caridade libertadora, em cuja perspectiva devem ser realizadas a assistência e a promoção. Inspirando-se especialmente na análise crítica da realidade feita pelos bispos nas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), o documento retoma afirmações como: “Não se pode ignorar que a América Latina se encontra em muitas partes diante de uma situação de injustiça que pode chamar-se de violência institucionalizada, porque as estruturas atuais violam direitos fundamentais, situação que exige transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras. (...) Essa pobreza não é uma etapa transitória, e sim produto de situações e estruturas econômicas, sociais e políticas que dão origem

a esse estado de pobreza, embora haja também outras causas de miséria” (Cáritas Brasileira, 1991, p. 16, 17).<sup>32</sup>

Com essa compreensão, a Cáritas quer manter-se sempre atualizada aos “sinais dos tempos”, reafirmando a opção por uma metodologia libertadora. A perspectiva das três áreas de práticas sociais inter-relacionadas ainda continua uma compreensão referencial. E a formação quer preparar os/as agentes de Cáritas para que tenham condições de assumirem uma prática socioeducativa libertadora junto aos sujeitos prioritários da ação

O trabalho com as pessoas mais excluídas é muito exigente. Trata-se de ajudar a criar as condições para que elas, de forma organizada e solidária, conquistem a cidadania plena. Leonardo Boff e o Betinho chamaram essa cidadania solidária de *concidadania*. Na perspectiva pastoral, integramos nesse processo de construção todas as dimensões do ser humano. É um trabalho exigente e seu resultado depende, em parte, da metodologia utilizada pelos/as agentes.

A nossa visão de ser humano e de mundo nos leva a um tipo de prática pastoral, social ou política. De outro lado, a avaliação e a reflexão sobre nossa prática pode nos levar a mudar nossa compreensão das coisas e a aperfeiçoar nossa ação. Por isso, é fundamental o trabalho em equipe para garantir a construção participativa do processo. Juntos/as nos ajudaremos e teremos mais chances de avançar qualitativamente e evitar o ativismo, o isolamento, o desânimo. Essa proposta contempla igualmente a mudança da concepção e da prática religiosa, passando de uma religiosidade da “caridade individual” para o “engajamento ético-social”.

O processo formativo é permanente e exige constante auto-avaliação e mútua ajuda, tendo como referência duas direções metodológicas básicas que são antagônicas:

- a) Uma prática social libertadora ou emancipadora – democrática, participativa com opção pela ética solidária e defesa da vida –, cuja base se coloca sobre uma visão transformadora do mundo, desde a ótica do excluído e da excluída;
- b) Ou, uma prática acomodadora/assistencialista – “opressora”, dominadora – que se fundamenta numa visão conservadora e fatalista do mundo, olhada a partir dos dominantes.

<sup>32</sup> O texto valoriza o discurso inaugural de João Paulo II na Conferência de Puebla e o capítulo sobre a paz da Conferência de Medellín.

Tais opções metodológicas estão presentes nos tipos de práticas, cuja separação tem um caráter apenas didático, conforme segue:

- **Assistência** – É a ajuda emergencial, para propiciar condições mínimas de sobrevivência digna. Entretanto, é necessário ficar claro que o Estado, por lei, tem o dever de garantir os mínimos sociais a todas as pessoas. Por isso é importante conhecer e usar algumas leis: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Sistema Único de Saúde (SUS). Sempre que possível, trabalhar com as pessoas necessitadas para que elas participem desse processo de conquista da auto-estima e dos direitos garantidos pela Constituição Federal. Quando muitas pessoas sofrem com a mesma situação, cabe estimular a organização solidária para, com elas e a partir delas, conquistar as condições mínimas que satisfaçam às necessidades básicas inerentes a toda pessoa humana, como primeiro passo para conquistar a cidadania. A ação assistencial exige uma ação educativa (Adams e Silva, 2002).
- **Promoção humana** – Integra o processo de formação nas práticas sociais, visando desenvolver as pessoas como um todo, integrando o individual, o familiar e o coletivo para o desenvolvimento da identidade, da auto-estima e das potencialidades de cada pessoa e para a valorização das suas qualidades. Além disso, essa prática visa fortalecer as relações de partilha e solidariedade, buscando uma gradativa conscientização e participação social. Programas de capacitação para o trabalho são meios que podem ser aproveitados dentro de um processo formativo, que vise preparar as pessoas e grupos para a obtenção de melhores condições de vida.
- **Engajamento solidário** – Envolve os excluídos e excluídas individual e solidariamente, mediante a organização e a participação na luta popular em todos os níveis. Organizados/as, com apoio de outras forças, eles/elas são desafiados/as a participar de forma crescente nas lutas com os movimentos sociais populares e utilizando os instrumentos de pressão, proposição e controle de políticas públicas. Assim, eles/elas podem tornar-se agentes de



transformação, lutando contra a exclusão e as suas causas, e contribuem com a conquista de um novo projeto de vida em sociedade que seja justo e solidário.

- **Estudo/reflexão e sistematização** – Tem o objetivo de, no processo de trabalho, garantir momentos de reflexão e estudo tendo como referência a prática na dinâmica do Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) com aprofundamento teórico-prático, integrado com espaços celebrativos para cultivo e vivência da mística e aprofundamento teórico.

## 5.6 Tipos de formação e operacionalização da Política de Formação

A operacionalização da política de formação deverá dar-se nas diferentes instâncias: nacional, regional, diocesana, paroquial (ou por município), comunitária. As assembleias e os encontros formativos são oportunidades para se concretizar a política de formação.

### a) Formação sistemática

A formação para o trabalho de base realiza-se, fundamentalmente, de duas maneiras:

- acompanhamento sistemático às equipes, por meio da reflexão sobre as práticas sociais e/ou avaliação da prática desencadeada;
- cursos, seminários, oficinas, trocas de experiências, bem como processos organizados pela Cáritas (ou em parceria com pastorais sociais, ONGs ou universidades afinadas com o projeto da Cáritas), visando ao desenvolvimento de novas formas de pensar e atuar.

Na sua prática, a Cáritas Brasileira utiliza diversos espaços e maneiras de realizar o processo de formação com seus/suas agentes e com a população envolvida. Além de programa exclusivo (contemplado no plano quadrienal e no operativo anual), a Cáritas poderá articular-se com pastorais sociais ou setores de universidades para realizar processos formativos, como cursos de extensão ou, até mesmo, de

especialização. Um exemplo disso é o Curso de Pós-graduação para Assessores/as, organizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e que tem por finalidade qualificar um quadro de agentes multiplicadores/as da metodologia de ação da Cáritas e das Pastorais Sociais.

#### **b) Outros instrumentos de formação**

- **Subsídios de formação** – A Cáritas sempre forneceu cadernos temáticos, informativos periódicos, pôsteres de divulgação, vídeos... Esses instrumentos têm sido um apoio importante para o trabalho dos/as agentes nos diversos níveis de atuação.
- **Meios de comunicação** – Inserção em TV, rádio, jornal, revista, sítio de internet e mesmo as próprias trocas realizadas através de *e-mails* servem para desenvolver novas idéias e instrumentalizar para as novas atitudes.
- **Formação através de campanhas** – Todas as campanhas, mesmo que sejam de coleta de donativos, contemplam sempre um caráter educativo, especialmente quando trabalhadas com metodologia participativa. Elas podem ser momentos fortes de proposição de uma nova cultura política, quando geridas como processo que inclui um caráter formativo.
- **Pesquisa com participação ativa dos/as agentes** – A pesquisa pode contribuir para a qualificação da prática, não só quando se desenvolve de forma concomitante com processos de formação, mas, principalmente, quando produz novos conhecimentos, que possibilitam uma melhor compreensão e explicação da realidade social e, que, conseqüentemente, poderão subsidiar práticas mais eficazes para a transformação social.



## Conclusão

Nosso texto, “gestado” durante pelo menos três anos, embora extenso, nos dá a clara sensação de incompletude, frente à riqueza das práticas e reflexões já realizadas nesses 50 anos da Cáritas Brasileira. Temos consciência de que registramos alguns aspectos de um processo muito mais rico do que qualquer sistematização possa contemplar. Trata-se pois de um documento aberto, em processo de reflexão-ação.

Que a utilização deste instrumento nos ajude a identificar a essência e elementos de unidade das nossas práticas formativas que cotidianamente vivenciamos em nosso imenso país. Se a presente elaboração, onde se envolveu com afinco a Comissão Nacional de Formação / Grupo Gestor de Formação da Cáritas Brasileira, for uma contribuição para aperfeiçoar o processo de formação para a prática da solidariedade libertadora, o trabalho cumpriu seu objetivo principal. O mutirão registrado em documento facilita que os/as novos/as agentes possam estar sempre se apropriando dos que nos antecederam nessa tarefa fundamental que é a construção de uma cultura solidária com todos os meios de que dispomos.

Cinqüenta anos de solidariedade pela vida certamente é uma história marcada com uma formação permanente de agentes, lideranças e povo envolvido na ação.

Brasília, julho de 2006.



## Referências Bibliográficas

- ADAMS, Telmo. *Prática social e formação para a cidadania: Cáritas do RGS*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000.
- ADAMS, Telmo. *Prática social e formação para a cidadania: Cáritas do RGS*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2001.
- ADAMS, Telmo; SILVA, Vini Rabassa da. *Metodologia de trabalho com os excluídos e excluídas*. 3. ed. rev. Porto Alegre: CB-Regional RS, 2002. (Caderno de formação, n. 7).
- ANSOF, H. Igor et al. *Do planejamento estratégico à administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARMANI, Domingos, 2001
- ARMANI, Domingos. Sustentabilidade: de que se trata? In: SUSTENTABILIDADE da Cáritas Brasileira: subsídio orientador. Cáritas Brasileira. 2003. Texto de estudo.
- ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- BERTUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Org.). *20 anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOFF, Leonardo. *Princípio-terra: a volta à Terra como pátria comum*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *A voz do arco-iris*. São Paulo: Letraviva, 2000.

BOFF, Leonardo. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Pensamento, Cultrix, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ética ecológica na política*. Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>. Acessado em: 15 ago. 2003.

CÁRITAS BRASILEIRA. *Relatório da 2ª Etapa do Curso de Gestão Institucional*. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cáritas na promoção da solidariedade: como organizar a ação Cáritas*. Brasília: Cáritas Brasileira. 2005a. (Série Cartilhas, n. 1).

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento solidário e sustentável*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2005b. (Cadernos Cáritas, 6).

\_\_\_\_\_. *Mística e metodologia da caridade libertadora*. São Paulo: Loyola, 1991. (Subsídios Cáritas, n. 8).

CENTESIMUS Annus [Centésimo Ano]. Encíclica pelo Centenário da *Rerum Novarum*, fala da condição dos operários. 1991.

CHRISTIFIDELES Laici. Encíclica sobre a vocação e missão dos/as leigos/as na Igreja e no mundo. 1988.

CNBB. *Eleições 2002: propostas para reflexão*. São Paulo: Paulinas, 2002. (Doc. 67).

CNBB. *Exigências evangélicas e éticas para superação da miséria e da fome*. São Paulo: Paulinas, 2002. (Doc. 69).

CONFERÊNCIA DOS BISPOS LATINO-AMERICANOS EM SANTO DOMINGOS. 1992.

- DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Prospectiva; v. 6).
- DOMINGUES, Ivan. *Conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC, 2002. (Série Ponto Futuro, 10).
- FERREIRA, A. B. de Holanda. *Novo Dicionário do Aurélio*. 1986.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GANDIN, Danilo. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.
- GAUDIUM et Spes [Alegria e Esperança] – Constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de hoje. 1965.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GROSSI, Esther Pillar (Org.); FREIRE, Madalena. *Paixão de aprender*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.
- LABOREM Exercens. Encíclica sobre o trabalho humano. 1981.
- LÉVY, 1998
- LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?* 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.
- MAIA, Marilene. *Gestão da Cáritas Brasileira: possibilidades e limites de uma organização “quinqüenária”*. Porto Alegre, 2001. Não publicado.
- MATER et Magistra [Mãe e Mestra]. Encíclica sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. 1961.
- MÍSTICA e espiritualidade. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003. (Cadernos Cáritas, 4).
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

- POPULORUM Progressio. Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. 1967.
- QUADRAGESIMO Anno. Encíclica sobre a instauração de uma nova ordem social. 1931.
- RERUM Novarum. Encíclica sobre a condição dos operários. 1891.
- RUETHER, Rosemary Radford (Org.). *Mulheres curando a Terra: mulheres do terceiro mundo na ecologia, no feminismo e na religião*. São Paulo: Paulinas, 2000.
- Santo Domingos ver Conferência dos Bispos Latino-americanos. 1992.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002a, p. 25-94.
- \_\_\_\_\_. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p.777-819.
- SHIVA, Vandana. Deixem-nos sobreviver: mulheres, ecologia e desenvolvimento. In: RUETHER, Rosemary Radford (Org.). *Mulheres curando a Terra: mulheres do terceiro mundo na ecologia, no feminismo e na religião*. São Paulo, Paulinas, 2000. p.107-120.
- \_\_\_\_\_. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- SILVA, Vini Rabassa. *Os excluídos e a conquista da cidadania: como trabalhar?* Brasília: Cáritas Brasileira, 1995. (Cadernos de Formação, n. 14).
- SOLLICITUDO Rei Socialis. Encíclica sobre a preocupação social da Igreja. 1987.
- SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. *Gestão do Projeto Fecundação*. Picos (PI), 2002.
- TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.









Apoio:  
Cáritas Alemã  
Cáritas Su a